

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARIA LUÍZA BARON MONEGAT**

**A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA NO ÂMBITO DE SEGURANÇA E  
DEFESA ENTRE 2003 E 2014**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**SANTANA DO LIVRAMENTO**

2019

**MARIA LUÍZA BARON MONEGAT**

**A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA NO ÂMBITO DE SEGURANÇA E  
DEFESA ENTRE 2003 E 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Relações Internacionais na Universidade  
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Nathaly Xavier  
Schütz.

**SANTANA DO LIVRAMENTO**

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

327.60

M265c Monegat, Maria Luíza Baron

A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA NO ÂMBITO DE  
SEGURANÇA E DEFESA ENTRE 2003 E 2014 / Maria Luíza  
Baron Monegat.

95 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS, 2019.

"Orientação: Nathaly Silva Xavier Schutz".

1. Cooperação internacional. 2. Cooperação  
técnica. 3. Brasil. 4. África do Sul. 5. Angola. I.  
Título.

**MARIA LUÍZA BARON MONEGAT**

**A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA NO ÂMBITO DE SEGURANÇA E  
DEFESA ENTRE 2003 E 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Relações Internacionais na Universidade  
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Nathaly Xavier  
Schütz.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em  
27/11/2019

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Nathaly Xavier Schütz (Orientadora)  
Relações Internacionais - UNIPAMPA

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Kamilla Raquel Rizzi (Membro da Banca)  
Relações Internacionais - UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Rafael Balardin (Membro da Banca)  
Relações Internacionais - UNIPAMPA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Vera e Mário, por todo o suporte e apoio de sempre. Muito obrigada por me fazerem a pessoa que sou, me ensinarem o amor e o respeito, me passarem os valores que carrego até hoje e por serem peças fundamentais na construção do meu futuro. Por todo o carinho, toda a compreensão, todas as conversas e todos os sacrifícios que fizeram para que eu pudesse estar aqui, hoje, escrevendo estas palavras. Vocês são as coisas mais importantes que eu tenho. Os portos seguros pra onde eu corro e com os quais eu sei que posso contar em qualquer momento e para tudo. Obrigada por existirem e por serem as minhas certezas. Certeza de que vão estar ali, de que vão me apoiar, de que vão me entender. Mais uma vez, eu amo vocês. Nunca se esqueçam disso.

Agradeço aos amigos que fiz em Santana do Livramento, todos foram muito importantes no desafio que foi estar longe de casa por quatro anos. Vocês foram a minha família aqui. Agradeço por todas as risadas, por todas as noites em claro estudando, pela amizade, pelo apoio, pela torcida e por celebrarem comigo as dores e as delícias que a Universidade trouxe para a nossa vida. A todos os amigos que passaram pela minha vida ao longo desses anos, os que permaneceram e os que cumpriram o papel que teriam em minha vida, fazendo com que aprendêssemos e ensinássemos o necessário para que todos pudéssemos nos desenvolver enquanto seres humanos, o meu muito obrigada. Sou profundamente grata pelas vivências que tivemos e tudo que pudemos aprender juntos.

Agradeço aos participantes das comissões organizadoras do PAMPASUL 2018 e do PAMPASUL 2019, aos integrantes da UPGrade Consultoria Jr. e aos membros da diretoria da Associação Atlética Desportiva Unipampa Livramento – AADUL. Todos esses projetos tiveram grande importância em meu desenvolvimento, me ensinaram muito e contribuíram de maneira especial no aprimoramento de minhas habilidades. Por todas as risadas, todos os problemas resolvidos em conjunto, todas as conversas e piadas... Enfim, pela parceria que tivemos: meu muito obrigada.

Agradeço à minha orientadora, Nathaly, por toda a ajuda que me deu. Pelos conselhos e pela paciência que teve comigo neste trabalho, pelo amparo na coordenação do PAMPASUL, por ter sido uma professora incrível e um exemplo de mulher internacionalista que quero seguir. Agradeço pela oportunidade de ter podido compartilhar de teus conhecimentos em sala de aula e no GEÁfrica, grupo de estudos onde descobri que nosso amor pelo continente africano é dividido e onde pude, também, aprofundar meus estudos na área de pesquisa que

gostamos. Agradeço por ter compartilhado tanto do teu conhecimento comigo e sou profundamente grata pelo apoio nas mais diversas vezes em que bati na porta da tua sala, falei contigo pelos corredores da Universidade ou ficamos após as aulas conversando. Muito obrigada, de verdade. Tu tiveste um papel muito importante na minha formação e é grande influência na vida acadêmica que desejo seguir.

Por fim, agradeço à UNIPAMPA e à Santana do Livramento por terem sido meu lar entre 2016 e 2019. Sou extremamente grata por todas as vivências, tudo que o ensino superior público me proporcionou e tudo que pude compartilhar com colegas, professores e funcionários. Ao corpo docente do curso de Relações Internacionais, não tenho palavras para expressar a gratidão por terem compartilhado conosco o único bem que jamais alguém poderá nos tirar: o conhecimento. Meu muito obrigada a todos os professores que, juntos, me fizeram amar ainda mais o curso que escolhi. Ao corpo técnico da Universidade e demais funcionários, agradeço por contribuírem para termos um ambiente propício ao ensino, à pesquisa e à extensão. À Universidade Federal do Pampa, meu amor e meu respeito. Serei para sempre grata por tudo e por tanto!

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo maior analisar as relações entre Brasil, África do Sul e Angola, entre os anos de 2003 e 2014, no que tange à cooperação nos âmbitos de defesa e segurança, verificando como foram desenvolvidas as relações de cooperação através de uma revisão de como se deu sua idealização e aprofundamento; explorar a importância geoestratégica do Atlântico Sul, buscando entender o papel que a região teve nas manutenções de poder dos envolvidos na questão, sendo eles Brasil, África do Sul e Angola; e explicando o surgimento de organismos como ZOPACAS e IBAS e sua contribuição na criação e fortalecimento dos laços entre os governos. Dessa maneira, o problema de pesquisa busca compreender como a cooperação entre Brasil e África, na área de segurança e defesa, configurou-se como uma ferramenta de projeção de poder regional africano, considerando os casos de África do Sul e Angola, no período que vai de 2003 a 2014. A hipótese levantada é de que o aprofundamento das relações entre as duas costas do Atlântico Sul foi uma importante ferramenta para as manutenções regionais de poder dos países africanos com os quais o Brasil desenvolveu iniciativas de cooperação, sendo fundamental para todos os envolvidos.

**Palavras-chave:** Cooperação internacional; cooperação técnica; Brasil; África do Sul; Angola.

## **ABSTRACT**

The present research has, as main objective, to analyze the relations between Brazil, South Africa and Angola, between 2003 and 2014, when it comes to cooperation in defense and security. Through a review, it aims to verify how the relations were accomplished, its idealization and deepening; to explore the geostrategic importance of the South Atlantic, seeking to understand the role that the region had in maintaining the power of the issues involved, namely Brazil, South Africa and Angola; and explaining the creation of organizations such as ZOPACAS and IBSA and their contribution to the building and the strengthening of ties between those governments. In this sense, the research problem seeks to understand how the cooperation between Brazil and Africa in the area of security and defense can be configured as a tool of projection of African regional power, considering the cases of South Africa and Angola, within a period that goes from 2003 to 2014. The hypothesis raised is that the deepening of relations between the two coasts of the South Atlantic was an important tool for the regional power recommendations of the African countries with which Brazil promoted cooperation initiatives, being fundamental for all involved. .

**Keywords:** International cooperation; technical cooperation; Brazil; South Africa; Angola.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

Collor- Fernando Collor de Mello

CSS - Cooperação Sul-Sul

CT - Cooperação Técnica

CTPD - Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

ECOWAS- Comunidade Econômica dos Estados da África Austral

END - Estratégia Nacional de Defesa

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI- Fundo Monetário Internacional

IBAS - Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional

Lula- Luís Inácio “Lula” da Silva

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OPA - Operação Pan-Americana

OPDS - Órgão para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTAS - Organização do Tratado do Atlântico Sul

PEI - Política Externa Independente

PND - Política Nacional de Defesa

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SANDF - Força Nacional de Defesa da África do Sul

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UNAVEM - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UNOMOZ - Operação das Nações Unidas em Moçambique

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 Embasamento teórico.....	13
<b>2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONTINENTE AFRICANO</b> .....	27
<b>3. DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL</b> .....	43
3.1 Relações no Atlântico Sul e sua importância no desenvolvimento da cooperação .....	44
3.2 Surgimento da ZOPACAS e do IBAS .....	52
3.3 Agenda de Segurança Africana.....	59
<b>4. ANÁLISES DE CASO</b> .....	63
4.1 África do Sul.....	63
4.2 Angola.....	72
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	86

## 1. INTRODUÇÃO

O histórico de relações entre o Brasil e os países africanos sempre foi marcado por fases de aproximação e distanciamento, sendo percebidos desde o começo da colonização, passando pelo seu desenvolvimento e chegando até o final do século passado, quando fluxos de maior interação ou afastamento ainda eram identificados com maior facilidade. Durante o período colonial, a política externa brasileira, no que tangia ao continente africano, se baseava no comércio de escravos, apresentando relativo distanciamento nas relações Brasil-África. No entanto, com a organização da diplomacia brasileira feita por Rio Branco e, a partir da metade do século passado, a criação do Instituto Rio Branco, em 1946, houve um direcionamento mais efetivo da política externa do Brasil, fazendo com que surgissem mudanças em tais interações.

A política externa brasileira passou por diversas mudanças e fases ao longo das décadas e de todos os governos que se sucederam. Sendo assim, entender as escolhas de um Estado consiste em entender suas estratégias de integração e cooperação com os principais países que estão em seu eixo de relação. O processo de emparelhamento de medidas e buscas por resultados semelhantes com seus vizinhos e/ou parceiros será delimitado pela dimensão institucional, a qual buscará definir qual a política externa de um governo e como ela será posta em prática.

Nos últimos anos, principalmente entre 2003 e 2014, o governo brasileiro intensificou seus esforços de cooperação com os países no perímetro do Atlântico Sul. Dando destaque para sua condição e posição, o Brasil buscou uma aproximação com Estados da costa africana. Todos os direcionamentos da política externa perante as mudanças e percepções no cenário da época norteavam o desenvolvimento da política externa brasileira em prol de parcerias e cooperações com a África. As questões de segurança vinham ganhando peso na visão estratégica brasileira e a importância dada aos recursos marítimos como objeto de defesa nacional era crescente.

No início dos anos 2000, um novo cenário regional se criou em torno do Brasil, apresentando como principal característica ele ser marítimo e com escala para o Atlântico Sul. O alargamento do entorno regional e estratégico corresponderia a uma nova escala de interesses, oportunidades e influência de um país que se consolidava enquanto potência econômica mundial e que tinha na exploração dos recursos naturais do mar uma das mais relevantes fontes de riqueza, como apontado pelo autor Wanderley Messias da Costa (2014). É reconhecido que o Brasil tem posição destacada no Atlântico Sul, graças à sua dimensão de

país continental, à sua economia, à capacidade de atuar como líder de processos de integração regional com base em princípios de paz e cooperação e à sua efetiva e crescente presença nas águas de sua competência, com possibilidades de estendê-las às nações amigas do continente africano. Essa opção por uma projeção pacífica foi favorecida pela configuração geopolítica do país e seu entorno regional e estratégico (COSTA, 2014).

Tendo em vista as mudanças apresentadas no período analisado, o problema de pesquisa buscará apontar como a cooperação entre Brasil e África, na área de segurança e defesa, configura-se como uma ferramenta de projeção de poder regional africano, considerando os casos de Angola e África do Sul, no período entre 2003 e 2014. Assim, a hipótese que se sugere é de que o aprofundamento das relações entre as duas costas do Atlântico Sul foi uma importante ferramenta para manutenções regionais de poder dos países africanos com os quais o Brasil desenvolveu as iniciativas de cooperação, sendo fundamental para todos os envolvidos.

A diplomacia brasileira demonstrou, ao longo dos anos, que a cooperação com países africanos em desenvolvimento poderia trazer retornos positivos para o Brasil, principalmente em assuntos que envolvam o seu entorno estratégico voltado para a África. Foram feitos esforços para ampliar laços e parcerias bem como fortalecer a construção de uma identidade comum com os países africanos, especialmente da costa. Com esse intuito, mecanismos foram criados, buscando possibilitar que os objetivos dessas relações pudessem ser desenvolvidos, trazendo benefícios e sendo eficazes na concretização de uma cooperação Brasil-África e manutenção da mesma.

A criação de laços entre governos das duas costas do Atlântico permitiu que se promovesse uma identidade regional, pautada nas preocupações com os recursos naturais e as possíveis ameaças a eles e posicionando os envolvidos em uma zona pacífica e de cooperação e essas interações precisam ser analisadas para que se tenha uma base do que pode se esperar de relações futuras no mesmo âmbito e com os mesmos atores.

Como a produção científica tem como objetivo apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, a discussão sobre o desenvolvimento de ferramentas de manutenções regionais de poder, além de aspecto prático muito relevante, reveste-se de importância para o meio acadêmico. Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre como a cooperação em defesa implementada pelo Brasil e países africanos esteve fortemente vinculada à promoção da proteção dos recursos marítimos como uma das novas prioridades estratégicas da região se faz necessária pelas descobertas de reservas offshore e as perspectivas de exploração do petróleo Pré-Sal que elevam a

preocupação com a segurança desses recursos e rotas.

A presente pesquisa tem como principal foco analisar as relações entre o Brasil, Angola e África do Sul, entre os anos de 2003 e 2014, no que tange à cooperação nos âmbitos de defesa e segurança. Dessa maneira, busca verificar como foram desenvolvidas as relações de cooperação, realizando uma revisão de como se deu sua idealização e aprofundamento. Objetiva-se, também, explorar a importância geoestratégica do Atlântico Sul, buscando entender o papel que a região teve nas manutenções de poder dos envolvidos na questão, sendo eles Brasil, África do Sul e Angola. Por fim, propõe-se a explicar o surgimento de organismos como ZOPACAS e IBAS e sua contribuição na criação e fortalecimento dos laços entre os governos.

Para realizar as análises e explorações propostas, desenvolve-se a pesquisa a partir da abordagem qualitativa e o emprego da análise hipotético-dedutiva, atentando-se a compreensão das relações entre o Brasil e os países africanos citados. Dessa forma, utilizará do procedimento histórico-descritivo e documental, a fim de melhor entendimento do objeto de estudo. Este procedimento se dá por meio de uma pesquisa bibliográfica constituída de livros e artigos científicos nacionais e internacionais. A técnica documental é desenvolvida a partir de fontes como documentos oficiais, resoluções, discursos, levantamento de dados, legislações e relatórios.

## 1.1 EMBASAMENTO TEÓRICO

A fim de bem compreender a pesquisa aqui desenvolvida e fundamentá-la, se faz necessário apontar conceitos e delineações que ajudam a destacar a hipótese e corroborá-la. Dessa maneira, a presente seção tem como objetivo apresentar conceitos relativos ao estudo da política externa brasileira, ao desenvolvimento de projetos de cooperação e, principalmente, a cooperação técnica efetivada no período analisado. Para tal, traz para a discussão, também, conceitos acerca das relações no Sul Global, a ascensão dessa região e os processos pelos quais os países passaram, apresentando os mecanismos criados para possibilitarem esta integração.

A política externa brasileira do início do século XXI vem se moldando de acordo com as novas tendências e perspectivas do sistema internacional e do cenário que se apresenta a seu respeito. As relações entre o Norte e o Sul, que já vinham sendo substituídas pela horizontalidade desde o período da Política Externa Independente, passaram a ser suavizadas, projetando e difundindo a visão para outros focos. Dessa maneira, então, surgiu uma nova

dinâmica na busca por integrações de países com realidades sociais e econômicas semelhantes. O berço dessa procura encontra-se na cooperação Sul-Sul dos Estados, no multilateralismo e nas relações internacionais horizontais, integrando o fortalecimento de assuntos essenciais para o desenvolvimento e a segurança internacional.

Ao longo dos últimos anos, foi possível assistir àquela que pode ser considerada a “ascensão do Sul” (PNUD, 2013) no cenário internacional, reforçando as relações entre os países do Sul Global, em meio às quais se destaca a cooperação para o desenvolvimento (MUNHOZ, 2016). O Brasil, por si só, teve um protagonismo especial nesse assunto, “defendendo um sistema internacional de cooperação mais diverso em termos de princípios, modelos e práticas” (MUNHOZ, 2016). No atual cenário, a temática da segurança e defesa nas relações do Brasil em relação com o continente africano representa parcerias estratégicas para consolidar um tema de notória relevância para o sistema internacional e as relações sociais, na identificação e ampliação da solidariedade internacional.

Como reporta o Centro Regional de Informação das Nações Unidas, com base no que foi afirmado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

A ascensão do Sul está a redefinir radicalmente o mundo do século XXI, com as nações em desenvolvimento a impulsionar o crescimento económico, a tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza e empurrar outros milhares de milhões para uma nova classe média global (UNRIC, 2013).

Na conjuntura citada, o relatório ainda apresenta que há mais de 40 países em desenvolvimento que conseguiram, nos últimos anos, elevar suas capacidades de desenvolvimento a níveis nunca atingidos anteriormente. Segundo relatado, tais conquistas podem ser, em grande maioria, atribuídas a investimentos na educação, na saúde e programas sociais. Junto a isso, tem-se o compromisso firmado por esses países em favorecerem a cooperação para um sistema mais interligado e interconectado.

O favorecimento conjunto da manutenção de um sistema internacional mais conectado parte, principalmente, do desenvolvimento da política externa dos países envolvidos. Dessa maneira, a definição de política externa pode ser apresentada como “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos” (PINHEIRO, 2010, p. 7). Tais ações seriam pautadas em

demandas domésticas ou internacionais, de acordo com as ideias dos representantes de um Estado, agindo em prol de interesses e buscando melhor inserção no sistema internacional.

A análise de política externa, atualmente um campo de estudos concretizado dentro do estudo das Relações Internacionais enquanto disciplina, tem como objeto de pesquisa a política externa de governos específicos, “considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 40). Como apontado pelas autoras acerca da análise das ações do governo nacional em questão e do crescimento e fortalecimento de outros atores,

Se tradicionalmente esse governo específico era um governo nacional, o legítimo responsável pela elaboração da política externa do Estado, nas últimas décadas os diversos processos de descentralização e regionalização associados à globalização têm feito com que outros níveis de governo diferentes do nacional (supranacionais ou subnacionais) desenvolvam suas próprias políticas externas, tornando-se assim objetos válidos (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.41).

No entanto, de acordo com Mônica Salomón e Letícia Pinheiro (2013), a política externa também deve ser vista e tratada como política pública, tendo como única especificidade o fato de ser desenvolvida fora das fronteiras de um Estado. Segundo as autoras,

Por sua condição de política pública, cabe distinguir a política externa da mera “ação externa”, um conceito mais amplo que inclui todo tipo de contatos, planejados ou não, de um governo com outro ator fora de suas fronteiras. Por sua vez, entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem, como em qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de variados grupos domésticos (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41).

Assim, apresenta-se a política externa como uma dimensão das relações internacionais, mas também uma política pública, desenvolvida por determinado Estado em determinado cenário. É agindo de acordo com tal conceito que, principalmente na última década, o governo brasileiro intensificou seus esforços de cooperação com os países no perímetro do Atlântico Sul. Dando destaque para sua condição e posição, o Brasil buscou uma aproximação com Estados da costa africana, sendo a África do Sul um de seus parceiros mais importantes por ambos já terem relações históricas (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 5). A política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e os desdobramentos desenvolvidos durante os governos seguintes ressaltaram a importância do Estado brasileiro, como também consolidaram mudanças positivas no cenário internacional, proporcionando a



busca pela combinação dos eixos horizontais, representadas pelas cooperações das nações (SCHMIDT, 2012, p. 11).

Segundo Cervo e Bueno (2012), nos últimos séculos, a política exterior correspondeu “a um dos instrumentos com que os governos afetaram o destino de seus povos, mantendo a paz ou fazendo guerra administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atraso e dependência”. Ainda de acordo com os autores,

A política exterior não se situa, necessariamente, no domínio da racionalidade intrínseca da história ou no das fatalidades. Não esgota sua explicação na clássica dicotomia de causas e efeitos, como se as determinações históricas agissem exclusivamente por si, à revelia de indivíduos e coletividades. (CERVO; BUENO, 2012, p. 13).

Complementando a ideia dos autores, Celso Lafer (2018) afirma que a visão da política externa como política pública foi facilitada pelo processo de globalização, que “tornou mais clara a do que no passado essa dimensão, porque há uma diluição entre o interno e o externo” (LAFER, 2018, p.1199). Para o autor

Vivemos hoje num mundo em que a importância crescente dos fluxos e das redes reduz a relevância que os territórios e as fronteiras tinham anteriormente. Como consequência, a política interna e externa se tornam, se não indivisíveis, porosas, pois o mundo se internaliza na vida dos países” (LAFER, 2018, p. 1199).

O principal objetivo em tratar política externa como política pública é a chance de se traduzir necessidades internas em possibilidades externas. Somado a isso, ainda resiste o desafio de se definir quais são essas necessidades internas a fim de avaliar as possibilidades externas nelas pautadas (LAFER, 2018, p. 1200). Fica claro, para o autor, que, a respeito de tais possibilidades externas, cabe um estudo da dinâmica de funcionamento do sistema internacional como um todo, incluindo seus três campos: estratégico-militar, econômico e de valores.

Na análise desses três campos, a perspectiva organizadora é a de como funciona o mundo na óptica de um país, pois o mundo é plural e diverso e são distintas as visões dos Estados e das sociedades sobre o contexto em que estão inseridos (LAFER, 2018, p. 1200).

Dessa maneira, fica compreensível como todos os direcionamentos da política externa perante as mudanças e percepções no cenário atual norteiam o desenvolvimento da política externa brasileira. Como apresentado por Abdenur e Souza Neto, “o oceano é de importância

histórica para o Brasil, que tem a costa mais extensa de todos os países que beiram o Atlântico Sul” (2014, p.8) e as questões de segurança vêm ganhando peso na visão estratégica brasileira. A importância crescente dada aos recursos marítimos como objeto de defesa nacional fica clara nos principais documentos da defesa brasileira contemporânea, inclusive a Política Nacional de Defesa (PND) (2005), a Estratégia Nacional de Defesa (END) (2008) e o Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

Segundo apresentado pelo Ministério da Defesa, a Política Nacional de Defesa, datada de 2005, é o documento de mais alto nível do planejamento de ações de defesa brasileiro, onde estão estabelecidos objetivos e diretrizes para o preparo e capacitação nacional e desenvolvimento dos setores militar e civil. A PND é dividida em duas partes: uma política, onde estão registrados conceitos e objetivos de defesa, além de análises acerca dos ambientes interno e externo; e outra estratégica, focada nas orientações e diretrizes inerentes à segurança nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, s/d).

Já a Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, é responsável por reorganizar a indústria de defesa brasileira, a fim de preparar e capacitar adequadamente as Forças Armadas do país, garantindo a segurança em situação de crise e de paz. Este documento atua conjuntamente com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, ligando seus conceitos com os de independência do país em relação à sua responsabilidade constitucional de resguardar a soberania do Estado.

O documento institui ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva a modernização da estrutura nacional de defesa. Também trata das questões político-institucionais que garantam os meios para fazer com que o governo e sociedade se engajem decisivamente na “grande estratégia” de segurança da nação (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, s/d).

Por sua vez, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é apresentado como o documento mais completo que existe acerca da defesa brasileira e a maneira como ela é definida. Tem papel de suma importância na política externa do país, tendo em vista que sua criação visou esclarecer tanto a sociedade brasileira quanto a comunidade internacional sobre as políticas de defesa praticadas pelo Brasil, procedimentos de segurança e ações de proteção à soberania.

Para fora do país, tem o objetivo de compartilhar as motivações e finalidades do instrumento militar junto à comunidade internacional para, assim, constituir mecanismo de construção de confiança mútua entre o Brasil e as nações amigas, especialmente as vizinhas. Nesse sentido, o Livro Branco contribui também para

fortalecer a cooperação entre os países (...), de modo a estimular a organização de uma comunidade de paz e segurança no entorno estratégico brasileiro, possibilitando a opção por soluções pacíficas e eliminando a hipótese de conflitos na região (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, s/d).

Apresentado o conceito de política externa, a maneira como o mesmo é praticado e outras definições dentro do assunto, se faz necessário discorrer acerca dos processos de cooperação e como eles são orquestrados. De acordo com Ludmila Moreira Lima (1987, p. 2), tais processos são vistos como fonte instauradora de solidariedade, lealdade, ordem e equilíbrio social, podendo, ainda, serem vistos como arenas de conflitos e dominação. Segundo a autora, a cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser apresentada como um resultado do processo de “desenvolvimento da ordem capitalista internacional”, em que “nações e intenções foram conectadas, mobilizando os mais diversos atores e objetos de luta, ou objetos pelos quais se passou a defender e lutar” (1987, p. 13). Através desse processo, deu-se amparo científico a todos os atores que receberam direito e local de fala, capacidade de propor intervenções e mudanças, bem como legitimidade para questionar o padrão que estaria sendo imposto.

O termo cooperação pode ser definido, então, de acordo com o que é apresentado no Dicionário de Ciências Sociais, como

Qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Em economia e história social, o termo é empregado (como adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição à concorrência (COSER, 1987).

No âmbito internacional, sob a análise das relações de cooperação entre Estados, tal conceito possibilita estudar ações que beneficiem todos os envolvidos, levando crescimento e agregando positivamente às políticas dos países. Nesse cenário, ficam claras as intenções apresentadas por atores que se usam dessa ideia para estabelecer relações bilaterais ou multilaterais com tal finalidade, prezando pela troca e propondo medidas que legitimem o discurso pregado.

De acordo com a visão de Conrado da Silveira Frezza, que se utiliza do conceito hobbesiano de estado de natureza para compreender e explicar a cooperação internacional, é necessário retomar as semelhanças e diferenças que o autor estabeleceu entre as relações humanas no estado de natureza e as relações interestatais. Uma das principais correlações

identificadas é a independência do indivíduo no estado de natureza, que seria semelhante à independência dos Estados; da mesma maneira que indivíduos que não estão submetidos a nenhum poder estão aptos a aproveitar sua liberdade de forma ilimitada, também os Estados não possuem nenhuma entidade soberana que os governe e aproveitam sua independência. Tal situação de independência é responsável por colocar uns contra os outros, gerando conflitos; dessa maneira, para Hobbes, o estado de guerra é “o lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida” (HOBBS, 1651, p.109). Este estado de guerra está presente, também, nas relações entre os Estados. Para o autor, “a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário” (HOBBS, 1651, p.110).

Baseado em afirmações como estas, o autor afirma que, embora haja ressalvas quanto às ideias de Hobbes acerca do comportamento dos indivíduos, dos soberanos e dos Estados, ainda assim é possível reconhecer e justificar fenômenos da cooperação internacional a partir do conceito hobbesiano de estado de natureza. Segundo Frezza,

O fato de o autor admitir, em algumas situações, ser racional para a autopreservação do Estado agir de forma que acaba também por beneficiar outros Estados, abre um caminho na teoria política do autor para que a cooperação seja justificada (FREZZA, 2012, p. 208).

No que tange à cooperação no perímetro do Atlântico Sul, o governo brasileiro intensificou seus esforços para efetivar tal relação com vários países, dentre eles África do Sul e Angola. A diplomacia brasileira demonstrou, ao longo dos anos, que a cooperação com países africanos em desenvolvimento pode trazer retornos positivos para o Brasil, principalmente em assuntos que envolvam o seu entorno estratégico voltado para a África. Foram feitos esforços para ampliar laços e parcerias bem como fortalecer a construção de uma identidade comum com os países africanos, especialmente da costa.

Tais esforços ocorrem paralelamente aos esforços de modernização do poder militar brasileiro - um programa respaldado, na sua dimensão marítima, pelo argumento de que é necessário proteger os recursos naturais - atuais e potenciais - no Atlântico Sul (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, 232).

No cenário apresentado, em que o Atlântico Sul apresenta cada vez mais notoriedade e importância geopolítica, a cooperação entre Brasil, África do Sul e Angola se mostra capaz de fortalecer e aproximar ambos, possibilitando trabalhos conjuntos tanto na área política quanto

na área econômica, ampliando discussões de assuntos da área da defesa considerados relevantes para ambos.

Os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que sinalizaram de forma incisiva e intensa a nova visão de inserção do Brasil no cenário apresentado no século XXI, em um direcionamento para incrementar as ligações com a comunidade internacional, redefiniram a cooperação como fator preponderante (SCHMIDT, 2012, p. 25). Nele, as relações estritamente direcionadas ao Norte deixaram de ser prioritárias e as relações Sul-Sul entraram no panorama estratégico (PECEQUILO, 2008).

Quando chegou ao fim do segundo mandato, percebe-se que Lula procurou incluir temas sociais na agenda internacional, desde sua presença em Davos em 2003 (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 281). Nesse período, os países do sul global eram assombrados pelo esforço de modificações políticas e superação de crises recentes, necessário para que fosse possível inserir-se internacionalmente.

Muitas das iniciativas de política externa na época buscavam a coordenação política com países emergentes e em desenvolvimento, tais como Rússia, China, Índia e África do Sul, formando coalizões e buscando um equilíbrio nas relações (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.282). Dessa forma, o chamado “multilateralismo da reciprocidade”, estabelecido quando as regras de ordenamento multilateral beneficiam todas as nações, se tornou parte predominante do discurso de Lula, que manteve a continuidade das ideias e de conduta na política externa de defender soluções pacíficas e negociadas de controvérsias e a busca pela promoção de interesses de países ricos e pobres por meio da reforma da ordem internacional, em especial do sistema de comércio internacional multilateral (CERVO; BUENO, 2012, p. 496).

Conforme apontado pelos autores, o modelo de inserção internacional globalista brasileiro no século XXI difere muito de outros, igualmente globalistas, como o caso do Chile, que corresponderia ao modelo comercialista, o qual adota preceitos neoliberais da década de 1990, como os tratados de livre comércio e uma economia primário-exportadora (CERVO; BUENO, 2012, p. 530). O modelo brasileiro, então, seria industrialista e marcado por dois traços essenciais: o multilateralismo da reciprocidade e a internacionalização econômica.

É por meio do multilateralismo da reciprocidade que a política externa brasileira operava no início do século XXI, durante os governos Lula, como apresentado em seu discurso em Davos, 2003, quando afirmou: “Queremos o livre comércio, mas um livre

comércio que se caracterize pela reciprocidade”. No entanto, tal reciprocidade não pode ser aplicada apenas ao comércio internacional.

Em todos os quadrantes da ordem internacional – economia, comércio, segurança, questões ambientais, saúde e direitos humanos – a reciprocidade se estabelece quando as regras do ordenamento multilateral beneficiam a todas as nações. E, sem essas regras, a ordem internacional fica à mercê dos mais fortes, como revelam desde 1945 as discussões no seio do GATT-OMC e da ONU, os dois pilares do multilateralismo (CERVO; BUENO, 2012, p. 531).

O Estado brasileiro, em seu papel de fundador desses órgãos, manteve seu modo de agir e continuou defendendo soluções pacíficas para as controvérsias no sistema internacional. No entanto, como apontado no texto, o multilateralismo não se orientou pela prevalência de tais princípios ao longo das décadas. A partir de 2003, nossa política externa reforçou seu poder com a criação do G20 para nações em desenvolvimento, em contraponto a medidas propostas tanto pelos Estados Unidos quanto pela União Europeia, as quais caracterizavam um acordo injusto com outros países fora do círculo desenvolvido do grupo.

O multilateralismo da reciprocidade brasileiro foi criado com base no comércio e na segurança, se estendendo por outros âmbitos das relações internacionais. Ainda segundo Cervo e Bueno,

O conceito envolve dois pressupostos: a existência de regras para compor o ordenamento internacional, sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências; e a elaboração conjunta dessas regras, de modo a garantir reciprocidade de efeitos para que não realizem interesses de uns em detrimento de outros (CERVO; BUENO, 2012, p. 531).

Dessa maneira, pode-se concluir que o multilateralismo praticado pelo Brasil naquela época, nos moldes apresentados, eliminava duas teorias acerca da política externa brasileira, sendo uma delas a relacionada à estabilidade hegemônica e a outra sobre o vínculo entre política exterior e regime político. A primeira rompe com a ideia de que, no pós Guerra Fria, havia a necessidade de se ter uma potência dominante, cujas condutas deveriam ser seguidas, respeitadas e adotadas pelos demais países em uma situação de subserviência e desrespeito aos órgãos multilaterais (CERVO; BUENO, 2012, p. 532). Já a segunda “não exhibe vínculo necessário com a paz, o desenvolvimento, a justiça e o bem-estar da humanidade”, já que regimes democráticos podem operar desta maneira bem como em maneira contrária.

A política externa desenvolvida por Lula da Silva reflete não só os constrangimentos e oportunidades do ambiente internacional e interno, como o aproveitamento das oportunidades criadas pelo anterior Governo. Mais uma vez, verificamos uma

adequação das estratégias e, não tanto, uma mudança do rumo da ação externa do Brasil. Em contrapartida, verifica-se uma recuperação da instrumentalização da política externa em prol do desenvolvimento nacional (...) (FONSECA, 2011, p. 39-40).

Em relação ao modo de agir durante os governos Lula, com a ideia de uma “mudança dentro da continuidade”, acredita-se que houve um respiro, sendo apresentado um novo modelo de política externa, o qual deveria ser caracterizado por uma adaptação criativa aos novos desafios internacionais, sem perder de vista as linhas clássicas da diplomacia brasileira (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 288-289). No entanto, ao mesmo tempo em que não houve uma ruptura significativa com os paradigmas históricos da política exterior do Brasil, sendo algumas diretrizes, desdobramentos e reforços de ações já em curso na administração de FHC, houve uma significativa mudança nas ênfases dadas a relações com determinados países (GAZZOLA, 2016, p. 3). A respeito disso,

Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) como representantes de tradições diplomáticas brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 275).

Da mesma maneira, percebe-se a continuação dada à manutenção da preocupação com pautas herdadas do governo anterior, que se mantiveram na agenda durante os mandatos de Lula. Há mudanças acerca da veemência com que se busca debater tais tópicos, de acordo com as possibilidades da época, como afirmado por Fonseca

Com Lula verifica-se essencialmente, uma alteração na intensidade com que são tratadas algumas questões, quer seja com maior ou menor intensidade, relativamente aos anos anteriores. Do mesmo modo, os temas e relacionamentos privilegiados são, na sua maioria, reavivados, e não uma novidade, para o que contribui a conjuntura política e econômica, interna e externa. Se FHC tinha iniciado, no final de seu mandato, uma política externa marcada pelo multilateralismo, Lula da Silva irá defini-lo como a prioridade da sua estratégia externa, privilegiando as relações e parcerias Sul-Sul (...) (FONSECA, 2011, p. 40).

Nesse contexto, fica evidente o crescimento no destaque dado à cooperação no período em questão. Dessa maneira, se faz necessário apresentar quais os tipos de cooperação e suas principais características. Segundo Oliveira e Luvizotto (2011), há quatro tipos ideais conceituais de Cooperação Internacional, sendo eles classificados de maneira evolutiva: cooperação internacional vertical, cooperação internacional *tout court*, cooperação

internacional horizontal e cooperação internacional descentralizada (2011, p. 13).

A primeira classificação, cuja origem está relacionada ao final da Segunda Guerra Mundial, tem caráter assistencial e “consiste na transferência vertical de conhecimentos e técnicas dos países avançados aos países menos desenvolvidos” (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011, p. 13). Este tipo de cooperação coloca em evidência a condição de subalternos dos países em desenvolvimento e acaba por coloca-los em situação de passividade em relação aos países mais desenvolvidos. Principalmente pelo contexto em que surgiu, os autores afirmam que essa cooperação vertical possui um assistencialismo que nunca foi desinteressado, visto que desenvolveu-se no período da Guerra Fria, mas mantém-se até os dias de hoje, embora seja negado pelos autores de ações do tipo.

(...) Na atualidade, seu viés assistencialista passou a ser condenado mundialmente, gerando um consenso pejorativo sobre seus resultados, sobretudo por não contribuir para a geração de condutas autônomas nos agentes receptores, capacitando-os a, no futuro, solucionarem seus problemas cotidianos com maior independência (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011, p. 13).

O segundo tipo de cooperação, a cooperação técnica *tout court*, veio para substituir o caráter assistencialista da primeira, tornando possível tratar os países em desenvolvimento como parceiros, como atores no processo de criação de redes de cooperação internacional, responsáveis por aumentar apoios locais entre as nações. Um bom exemplo dessa classificação é a cooperação técnica de tecnologia avançada de perfuração de poços de petróleo em águas profundas, como descrito pelos autores, oferecida pelo Brasil a países da costa africana.

Já o terceiro tipo é mais uma evolução em cima do anterior e ocorre a partir do surgimento de ações de cooperação entre países em via de desenvolvimento.

A cooperação deixou de ser exclusivamente um mecanismo de interação Norte-Sul, passando a existir também no sentido Sul-Sul. Além disso, nesse processo evolutivo, a cooperação também deixou de ser exclusivamente vertical ou técnica para incorporar características horizontais (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011 p. 14).

Por fim, a última categoria de cooperação internacional, a cooperação horizontal, seria uma das modalidades básicas da cooperação para o desenvolvimento. De acordo com os autores, apesar da cooperação internacional dos dois primeiros tipos serem relevantes e gerarem efeitos no Sistema, é mais relevante ainda conjugá-las no sentido de assegurar a prevalência da cooperação técnica horizontal. Tal afirmação se dá pelo objetivo da mesma, o qual seria priorizar a troca de conhecimentos entre parceiros a fim de possibilitar a solução de



problemas comuns aos envolvidos nas mais diversas áreas. Porém, ressalta-se uma última característica, de suma importância nesta análise:

(...) Esse tipo de cooperação internacional horizontal não pode, de maneira alguma, ser confundido com a cooperação econômica e comercial, que em um primeiro momento propõe auxílios apenas para países em vias de desenvolvimento (...) (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011, p. 15).

Sendo assim, cabe apresentar a questão da cooperação técnica brasileira, que foi inserida de forma priorizada no governo Lula com o intuito do ideal de cooperação, reforçando uma coordenação conjunta dos países do Atlântico Sul para a multilateralização das relações internacionais. Esboçando o campo da cooperação técnica no governo de Lula como meio de desenvolvimento conjunto dos países do Sul, não correspondendo a uma ajuda assistencialista, mas de transferência de conhecimentos do Brasil aos países africanos, deixando de lado as relações estritamente comerciais e tornando-se um instrumento fundamental para a política externa brasileira (LEITE, 2011).

A cooperação técnica internacional possui uma definição que a apresenta como expressão e ação do Direito Internacional do desenvolvimento. Dessa maneira, como apresentado por Joel Arruda de Souza, “não há possibilidade de inserção de um país sem a busca de novas tecnologias que diminuam a dependência dos países em desenvolvimento” (2007, p. 16). A respeito de tal afirmação, o autor explica que o direito ao desenvolvimento pertence à terceira geração dos Direitos do Homem, juntamente com o direito à autodeterminação dos povos e o direito à paz.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por uma reorganização do Sistema, com o fim da bipolaridade, novas relações entre os países anteriormente chamados de “satélites” e o aprofundamento de diferenças entre os diversos atores. Tal reorganização é uma reação cujo objetivo seria criar uma nova ordem internacional, modificando as relações entre os Estados, as quais ainda estavam inseridas em “um cenário integrado e conflituoso” (SOUZA, 2007, p. 18). A respeito desta conjuntura, o autor ressalta a importância de outros atores e afirma que

(...) os Organismos Internacionais, através da Cooperação Técnica Internacional, desempenham papel construtor dessas relações, em que a opção do Estado é estabelecer convênio com os Organismos Internacionais com o objetivo de adquirir informações, tecnologia e inserção ao modelo de desenvolvimento proposto pelos países do norte e também atingir as necessidades do interesse nacional e internacional da nova ordem” (SOUZA, 2007, p.18).

Com as discussões acerca da nova organização do Sistema ocorrendo, passou-se a inserir na agenda pautas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico dos países, apresentando a cooperação como opção viável e instrumento capaz de fortalecer e auxiliar no crescimento dos países em desenvolvimento. Sendo assim, a cooperação internacional também constitui um mecanismo da política externa de um Estado, proporcionando integração internacional, colaboração nos campos científicos e tecnológico além da realização de operações internacionais com objetivo de formar recursos humanos capazes de proporcionar orientações para o desenvolvimento, como elencado pelo autor (2007, p. 20).

Além dos esforços diplomáticos empreendidos, bem como o incremento de iniciativas visando fomentar o desenvolvimento econômico, o Brasil investiu, durante os governos Lula, em programas de cooperação em defesa como formas de ampliar as relações entre alguns países do Atlântico Sul (GOLDONI; CIRIBELLI, 2016, p. 206). Embora o esforço principal da cooperação Sul-Sul brasileira fosse enfatizar os laços históricos e culturais com a África Lusófona, no que diz respeito à área de defesa, os acordos e iniciativas alcançaram um universo bem mais amplo, estabelecendo inclusive uma intenção de desenvolver cada vez mais a cooperação naval com diversos países africanos (VIZENTINI, 2011).

No que tange à cooperação no eixo do Atlântico Sul, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi um importante passo na aproximação do Brasil com os países africanos. A ZOPACAS é formada por Brasil, Argentina, Uruguai, África do Sul e outros 20 países da África, segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2013), e trata-se de uma aliança baseada na Cooperação Sul-Sul.

A iniciativa tem a missão de promover a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança no Atlântico Sul (GOLDONI, CIRIBELLI, 2016, p.207). Tem se configurado como um meio de integração regional, que objetiva também assegurar a defesa e a segurança dos interesses dos países membros na região, fomentando o desenvolvimento dos poderes navais, delimitando responsabilidades e buscando evitar interferências externas (AGUILAR, 2013).

As manifestações brasileiras no âmbito da ZOPACAS ressaltam não apenas os interesses comuns entre os países atlânticos da América do Sul e da África, mas também a necessidade de minimizar a presença de atores externos. O discurso oficial da ZOPACAS evidenciava a paz e a cooperação; no entanto, sem abrir mão da possibilidade de ampliação do poder naval dos países-membros (GOLDONI, CIRIBELLI, 2016, p.207). Com o desenvolvimento da cooperação entre o Brasil e os países africanos, houve uma forte expansão dos atrativos empresariais para esse continente, com aumento de investimentos

diretos e financiamentos, por exemplo.

Em relação a discussões acerca de temas ligados à defesa, há poucas diferenças a serem apontadas, visto que era notório um aumento relativo da presença de empresas brasileiras de equipamentos militares na África, muitas em parceria com o governo. A base de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) indicava que o governo brasileiro havia atuado junto às Forças Armadas para a capacitação de militares em vários países africanos, entre eles Angola e África do Sul. Segundo apontado por Goldoni e Ceribelli,

O resumo de projetos indica que a cooperação Sul-Sul em defesa é bastante diversificada, acionando diferentes setores das Forças Armadas no desenho e na implementação de programas de treinamento, fornecimento de armas e equipamentos, colaboração em pesquisa (GOLDONI; CIRIBELLI, 2016, p.207).

Do lado africano, o interesse em cooperar com o Brasil, tanto dentro quanto fora do âmbito militar, vinha notoriamente aumentando. À medida que o apoio africano ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU constituiu um elemento estratégico para a diplomacia brasileira, o Brasil passou a intensificar suas negociações e ampliar sua base de apoio por meio das relações bilaterais com esses países emergentes (GOLDONI; CIRIBELLI, 2016, p. 207-208). O Atlântico Sul passava a ser, dessa maneira, além um palco de expansão econômica e aproximação política, também uma área estratégica para o aprimoramento das capacidades mútua entre os países e impulsionando a projeção do Brasil no cenário internacional.

## 2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONTINENTE AFRICANO

O histórico de relações entre o Brasil e os países africanos sempre foi marcado por fases de aproximação e distanciamento, o que pode ser percebido desde o começo da colonização, passando pelo desenvolvimento do Estado brasileiro e chegando até o final do século passado. Como cada período conta com características próprias, é possível defini-los e explicá-los, apontando seu começo, que data do século XVI, e mostrando a importância que tais relações tiveram para ambas as costas do Atlântico Sul, visto sua relevância no desenvolvimento econômico dos países envolvidos.

Durante o período colonial, entre os séculos XVI e XIX, no que tange ao continente africano, as relações se baseavam no comércio de escravos. Como apresentado por Penna Pio Filho e Antônio Carlos Moraes Lessa (2007), entre os séculos XVII e XVIII e a primeira metade do século XIX houve um “intenso intercâmbio entre os dois lados do Atlântico, envolvendo relações comerciais e transposição populacional de envergadura” (2007, p.58), principalmente motivadas pelo tráfico de escravos, o qual se manteve até os anos 1850. A ascensão do Império Português possibilitou que uma nova “potencialidade” do continente africano fosse apontada: sua capacidade de fornecer escravos para a exploração das Américas (VISENTINI, 2011, p.39). Dessa maneira, entre os séculos XVII e XIX, o comércio entre Portugal, África Ocidental e América aumentou.

O acréscimo nas relações comerciais, no entanto, não significou que todos os países envolvidos conquistassem maior poder ou influência; essas trocas apenas significaram que a colonização portuguesa havia se firmado nos países de onde os escravos eram originários e que as ligações com a América do Sul se tornariam mais profundas enquanto tal prática se mantivesse. Com o passar o tempo, a ingerência portuguesa no comércio de escravos acabou por diminuir, visto que a navegação e as negociações passaram a ocorrer apenas entre sul-americanos e africanos. Segundo Visentini, nesse período “o Brasil passou a integrar a economia mundial, formada a partir do século XVI, quando começaram a se estabelecerem as redes interoceânicas (...)” (2011, p. 45).

No entanto, após séculos de intensas trocas comerciais, com a independência brasileira, em 1822, houve o primeiro distanciamento mais notório entre as costas. Neste período, a proclamação feita por Dom Pedro I acabou gerando efeitos nas relações que o país mantinha com sua capital, com outros países europeus e, conseqüentemente, com o continente africano. Em meio às negociações acerca de seu reconhecimento, o Brasil passou a sofrer influências

diretas externas, dentre elas a imposição de Portugal para que houvesse uma diminuição nas relações com países africanos; da mesma maneira, a Grã-Bretanha também usou desta justificativa para tentar restringir o comércio de escravos. Sendo a principal atividade que ligava o Brasil à África naquela época, o tráfico negreiro fez com que diversas colônias africanas estivessem mais próximas daqui do que de seus colonizadores e tais imposições abalaram seriamente as trocas comerciais. Em 1822, “o Estado brasileiro se apresenta à comunidade internacional, reivindicando o papel de novo membro e ator” (CERVO; BUENO, 2012, p. 25), focando sua recente diplomacia na busca por resolver questões de soberania e reconhecimento internacional.

Segundo Costa e Silva (2011), o processo emancipatório brasileiro não foi responsável por romper com estruturas coloniais, principalmente econômicas. De acordo com o autor, “o poder, no novo Estado, tinha origem na classe agrária, e esta estava comprometida com a escravatura” (2011, p. 17). Esse fato, por si só, nos ajuda a compreender que o afastamento do Brasil e dos países africanos não ocorreu, de todo, por vontade própria e anseios de colocar fim ao comércio de escravos. Tal situação foi imposta por Portugal e Grã-Bretanha, que desejavam manter suas colônias e seus domínios sob controle. No caso português, a imposição fica clara até mesmo no Tratado de Paz e Aliança, de 1825, no qual a ruptura dessas relações era apontada como pré-condição para o reconhecimento da independência da ex-colônia (SILVA, 2018, p.23). Dessa forma, vê-se que o país foi levado a manter tal afastamento a fim de ter sua soberania reconhecida internacionalmente. Em relação à Grã-Bretanha, sua influência ocorreu, principalmente, com o aumento de sua presença nas águas do Atlântico Sul, quando houve uma atuação abusiva e massiva da marinha britânica na região. Tal medida favoreceu o enfraquecimento, e conseqüente fim, da rede comercial Brasil-África, sendo responsável, ainda, por fomentar “a desestabilização das estruturas de poder africanas, permitindo, assim, a transformação de seus territórios em colônias europeias” (SILVA, 2018, p. 23).

Dessa maneira, então, a partir da segunda metade do século XIX, com a Conferência de Berlim, deu-se início à chamada corrida imperialista da Europa em continentes como África e Ásia. Segundo Visentini, tal processo apresentou-se como uma “resposta defensiva a uma crise internacional que se esboçava: o declínio da *Pax Britânica* e de seu sistema liberal” (2011, p. 49). Neste ponto, o continente africano se mostrava um ator internacional importante, visto que sua integração foi um dos pilares da economia desenvolvida a partir do século XVI e auxiliou no desenvolvimento geopolítico da época. No entanto, com o

fortalecimento cada vez maior do capitalismo, diversas revoluções acabaram por ocorrer na Europa, a exemplo da Revolução Industrial, enquanto que, em regiões africanas, principalmente da costa ocidental, os países “monopolizadores da exportação de escravos descobriram alternativas para sua crise no desenvolvimento paralelo do chamado “tráfico-legal” de matérias-primas e insumos (...)” (VISENTINI, 2011, p.51).

O aumento da ingerência de países europeus na África acabou por realçar ainda mais o já acentuado afastamento entre o Brasil e o continente africano, visto que as políticas brasileiras não concebiam muitas possibilidades de atuação frente aos arranjos que se desenhavam. Além disso, gerou instabilidade e disputas por controle dessas áreas de produção, visto que um processo de transformação estava ocorrendo e

O efeito imediato foi o surgimento de novos tipos de produtos de comércio livre (...) e da nova atividade mercantil, ao mesmo tempo em que autoridades e traficantes locais introduziam no continente a produção escravista em larga escala para suprir as lavouras de exportação (*plantation*), características do continente africano. (VISENTINI, 2011, p. 51).

Todas essas mudanças despertaram os interesses europeus, ao mesmo tempo em que esfriaram ainda mais o contato de países africanos com o Brasil, haja vista que essa nova entrada europeia na África gerou um “fechamento” do continente ao mundo (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 59). A respeito desse período, fica claro mais um ponto acerca da nova colonização africana, como apresentado por Visentini:

Outro aspecto decorrente do processo foi a internacionalização, no continente, da escravidão moderna, para atender a demanda do comércio legítimo dos novos produtos, Essa situação (a utilização de escravos na produção africana) provocava o aumento da intervenção filantrópica (via missionários) e da pressão sobre os Estados europeus para intervir, com o estabelecimento de consulados e agentes para firmar acordos de proibição de tráfico de escravos e liberalização de mercados, além do estabelecimento de esferas de interesse (2011, p. 52).

Ao mesmo tempo em que o continente africano cessava contatos externos com parceiros que não fossem europeus, o Brasil também passava por uma mudança em sua política externa, a qual priorizou a vinda de imigrantes europeus e “tentou apagar da memória nacional as relações com a África, sobretudo o legado escravo-africano deixado no Brasil por séculos de trabalho forçado” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 59). Com tais movimentos de mudança e reorganização nas condutas diplomáticas, apresentou-se inviável ao governo brasileiro

demonstrar qualquer atuação em relação ao imperialismo europeu na África, o qual já era bastante avançado.

O afastamento era iminente e durou até parte do século XX, quando, com a organização da diplomacia brasileira feita por Rio Branco e a criação do Instituto Rio Branco, em 1946, houve um direcionamento mais efetivo da política externa do Brasil, fazendo com que surgissem novas transformações e uma nova orientação diplomática. Dessa forma, um novo momento das relações Brasil-África teve início, principalmente entre o final da década de 1930 e a década de 1950. O primeiro passo nessa reconstrução foi o surgimento do modelo de Estado desenvolvimentista, de Getúlio Vargas, em que o processo de substituição de importações foi responsável por apresentar novos consumidores aos produtos, dentre os quais estava, novamente, a África sendo apontada como parceira comercial.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder trouxe consigo um novo conceito: o nacional-desenvolvimentismo, que passou a pautar a política externa brasileira (MANZUR, 2014, p. 171). O termo veio para trazer luz à política exterior focada em privilegiar o contexto externo na solução dos problemas nacionais (MOURA, 1980). Segundo o autor, foi a partir desse modelo que se passou a ter uma visão objetiva e pragmática da política exterior brasileira, começando no primeiro governo Vargas, quando se deu preferência pela superação do subdesenvolvimento através de meios externos. Sobre o presidente, pode-se dizer que

Vargas foi, nesse sentido, o primeiro líder brasileiro a encampar a ideia de que a barganha internacional poderia tornar viáveis projetos como o da modernização das Forças Armadas, da economia e das finanças do país, e da implantação da indústria siderúrgica, estabelecendo as bases para o crescimento nacional. Tendo em vista seus objetivos, Vargas deu o tom de uma nova linha de conduta para a política exterior do Brasil, estabelecendo uma tendência que se fez presente também quando da elaboração da PEI (MANZUR, 2014, p. 172).

Uma das características mais marcantes do primeiro governo de Getúlio, seguindo o modelo implementado por Rio Branco (1902-1912), foi a busca por alcançar benefícios para atingir o pleno desenvolvimento nacional. É importante ressaltar, também, que durante o primeiro mandato de Vargas (1930-1945) houve a volta da diplomacia econômica, com a regularização das relações comerciais, e a aproximação e alinhamento com os Estados Unidos. A respeito disso, Cervo e Bueno (2012) afirmam que

[...] a política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganhar voltadas para um interesse nacional (...). Isto explica as transformações havidas na política externa brasileira, com o reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional [...] (CERVO; BUENO, 2012, p. 252).

Em suma, o governo Vargas buscou diversificar a pauta comercial brasileira, agindo pragmaticamente nas relações políticas e estratégicas e dando preferência a manter contatos mais estreitos com as potências da época: Estados Unidos e Alemanha. O período em questão coincidiu com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, tendo o primeiro mandato de Vargas terminado concomitantemente à guerra. A respeito do que ocorreu ao longo desses anos, Manzur (2009) afirma que

Com a eclosão da guerra, a equidistância que Vargas procurou sustentar, ora pendendo para o lado dos Estados Unidos, ora para o da Alemanha, foi-se tornando paulatinamente insustentável, até que as lideranças políticas decidiram-se pelo lado das potências ocidentais, não sem antes assegurar a viabilidade, com apoio principalmente dos Estados Unidos, da implantação da indústria de base no Brasil e da modernização das Forças Armadas nacionais (MANZUR, 2009).

Nesse momento, o sistema mundial como um todo se encontrava em transformação. As atenções estavam totalmente voltadas para a reconstrução da Europa e havia um controle, mesmo que distante, do que ocorria em regiões como África e Ásia, onde os processos de independência e lutas por emancipação começavam a eclodir. Com o fim do conflito mundial, no entanto, o sistema internacional continuou sendo assombrado por disputas políticas e ideológicas, a bipolaridade União Soviética-Estados Unidos, problemas relacionados à descolonização e as oposições entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (CERVO; BUENO, 2012, p. 289).

A América Latina, de modo geral, se encontrava sob a hegemonia norte-americana, o que dificultava e delimitava a margem de manobra brasileira, diminuindo suas possibilidades de manter maiores contatos com os países africanos, já tão abalados por suas lutas por independência. Em 1953, durante o segundo mandato de Vargas, a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, o qual garantia um tratamento especial entre Brasil e Portugal, acabou por dificultar ainda mais que o país assumisse qualquer postura mais concreta em relação aos processos que ocorriam no continente africano. Dessa maneira, o comportamento brasileiro causou desconfiança por parte de governantes africanos, já que os mesmos não tiveram o apoio que precisavam na época. A respeito de tais ações, Freitas e Araújo afirmam:

Recorrendo ao passado, percebe-se que a política externa brasileira relegou o continente africano, em termos políticos e econômicos, até meados da década de 1960, por privilegiar suas relações diplomáticas com duas regiões (América e Europa), até então, estratégicas para seus anseios internacionais. Somente após a Segunda Guerra Mundial que a África voltou a integrar a agenda da política externa brasileira, considerando-se suas estreitas relações com o referido continente durante os séculos XVII, XVIII e meados do XIX (FREITAS; ARAÚJO, 2015, p.108).



Ao longo do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), ficou ainda mais explícito e reforçado o alinhamento brasileiro ao governo norte-americano, principalmente nos aspectos político e militar (CERVO; BUENO, 2012, p.291). Foi nesse período que teve início o Alinhamento e Desenvolvimento Associado (1946-1961), em que o maior parceiro do Brasil no mundo era os Estados Unidos. O governo Dutra e sua política externa também foram descritos por Manzur (2014), a qual destacou que o mesmo

(...) procedeu, em sua política exterior, a um alinhamento automático com os Estados Unidos, para muitos decorrente da opção ocidental, mais especificamente pelo fato de o Brasil ter apoiado os Aliados (e, em primeira instância, os Estados Unidos) durante a mencionada guerra. O governo do presidente Dutra era conservador tanto na esfera externa como na interna. Na via diplomática, o governo estreitava seus laços com a política norte-americana, rompendo relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética (MANZUR, 2014, p. 176).

Nos âmbitos econômico e estratégico, o governo Dutra tratou de reforçar ainda mais a dependência aos Estados Unidos e dar privilégio às relações com países americanos. A abertura comercial, por ele gerida na intenção de beneficiar o relacionamento especial com os norte-americanos, acabou esgotando as reservas nacionais (MANZUR, 2014, p. 176). Já na esfera estratégica, a cooperação com os Estados Unidos atingiu o plano militar, fazendo com que o alinhamento político entre os dois países fosse fortalecido e a obediência à política externa norte-americana, potencializada. Dessa cooperação, nasceu a assinatura do Brasil ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947 (CERVO; BUENO, 2012, p. 291). No entanto, a falta de retorno de investimentos, de cooperação internacional e de estímulos à indústria nacional fez com que tanto o governo brasileiro quanto de outros países sul-americanos se tornasse contrário a esses privilégios que eram dados aos Estados Unidos.

Foi nesse contexto de possível afastamento das relações com os norte-americanos que Getúlio Vargas reassumiu o poder do país, trazendo consigo a emersão de duas correntes de opinião internas relacionadas à maneira como o Brasil deveria passar a se inserir no cenário internacional naquela nova fase. Manzur (2014, p. 178), explica que os defensores de tais correntes se dividiam em “entreguistas”, os quais acreditavam que a inserção brasileira deveria ocorrer com a abertura econômica nacional ao capital externo, e os “nacionalistas”, que temiam a entrada de investimentos estrangeiros e a dependência que eles podiam causar. Ainda de acordo com a autora,

O embate entre as mencionadas correntes de opinião interna perdurou por todo o segundo governo Vargas, até a morte do presidente. Para alguns analistas, o fato de Vargas não conseguir gerenciar os embates entre as duas vertentes opostas pode ser considerado uma das causas de sua queda. A tentativa de política pendular desagradou aos dois lados (MANZUR, 2014, p. 179).

Com o fim do governo Vargas, e após o hiato de Café Filho no poder, como nomeado por Cervo e Bueno (2012), assumiu a presidência Juscelino Kubitscheck, que chegou ao cargo com um planejamento econômico, social e político que visava trazer rápido desenvolvimento e melhoras para o país. Em seu governo, ficou evidente o nacional-desenvolvimentismo, com soluções para os problemas internos sendo buscadas no contexto externo, com uma política de atração do capital estrangeiro, novamente, para o Brasil (MANZUR, 2014, p.179).

Em relação à cooperação internacional, é de suma importância salientar que foi dada ênfase às relações de cooperação multilateral. Isso foi demonstrado, na época, através da proposição da Operação Pan-Americana (OPA), de 1958, que, de acordo com Cervo e Bueno (2012), era

(...) uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, na qual se insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas (CERVO; BUENO, 2012, p. 311).

A formulação da OPA representava o claro interesse do Brasil em criar laços mais estreitos com os países sul-americanos. As ideologias exóticas e antidemocráticas supracitadas já eram consideradas uma ameaça desde antes do governo JK, o que acabou reforçando, aos olhos dos Estados Unidos, a necessidade de haver um plano de segurança coletiva baseado na ideia de solidariedade continental, a fim de impedir que a América virasse palco de ideologias consideradas tão ameaçadoras.

Em relação aos países africanos, foi no período do governo de Juscelino Kubitscheck que a diplomacia brasileira começou a dar mais atenção ao que estava acontecendo no outro continente. De acordo com Cervo e Bueno (2012, p.322), a política exterior de JK sofreu reparos no referente à África Negra, já que o Brasil não havia dado atenção especial ao que estava ocorrendo naquele continente àquela época, focando apenas na solução dos problemas regionais sul-americanos. Segundo os autores,

A política exterior brasileira teria passado ao largo do processo de libertação de nações africanas, decisivo entre os anos de 1958 e 1960. O governo brasileiro, todavia, reconheceu a importância que adquiriram as nações afro-asiáticas no cenário internacional, o que se traduziu na criação de missões diplomáticas junto aos seus governos (...) (CERVO; BUENO, 2012, p.322-323).

Apesar das mudanças nas políticas brasileiras para o continente africano, da adoção do princípio da autodeterminação e do apoio aos processos emancipatórios, a política externa de JK não assumiu uma postura realmente condenatória ao colonialismo. O governo brasileiro apenas procurou demonstrar sua solidariedade aos processos que estavam ocorrendo na África, reconhecendo os novos Estados, buscando negociar a troca de missões diplomáticas e estabelecer contatos com esses países para tentar formar parcerias comerciais.

Em suma, pode-se definir esse período como de profundo investimento em reforçar interações regionais, seja com outros países da América do Sul, seja com os Estados Unidos, em detrimento de maiores relações com outros continentes. Ademais, o contexto da Guerra Fria corroborava para que essas dinâmicas se mantivessem, visto que o sistema como um todo se encontrava mais frágil e suscetível a rupturas e tensões. O período entre o último governo de Getúlio Vargas, seu sucessor, Café Filho, e o mandato de Juscelino Kubitschek foram, de maneira geral, uma fase de intensa aproximação com os Estados Unidos e um vácuo diplomático, durante o qual a política externa brasileira se pautou em reconhecer processos de independência ao mesmo tempo em que se curvava aos desejos das antigas metrópoles (RAMPINELLI, 2009).

O próximo período, que compreende o início dos anos 1960 e vai até os anos 1990 vai de encontro à época que o precedeu, sendo marcado como a fase com maiores mudanças, aproximações e afastamentos. Inicia-se com as políticas de Jânio Quadros e passa por todos os governos do Regime Militar, os quais apresentam características próprias, podendo receber atenção individual.

Como relatado por Cervo e Bueno, Afonso Arinos, ministro de Relações Exteriores do governo Quadros, acreditava que o Brasil “pelas suas características étnicas e culturais, estava reservado ao papel de destaque no mundo afro-asiático, integrado por nações subdesenvolvidas, muitas delas recém-saídas do estatuto colonial” (2012, p. 342). Por essa passagem, já é possível perceber a mudança de posicionamento brasileira em relação ao governo anterior. Assim como Afonso Arinos, Jânio Quadros também via nos países africanos e asiáticos parceiros, bem como novos mercados para os produtos aqui produzidos. Dessa maneira, fica clara uma das características da Política Externa Independente, política externa brasileira do período correspondente ao governo Quadros.

Além de levantar a bandeira anticolonialista, tal política buscava adotar caráter pragmático, procurando atender necessidades e interesses nacionais, além de manter uma

postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil (CERVO; BUENO, 2012, p. 332). Com o fim do mandato de Quadros através de sua renúncia, em 1961, assumiu a presidência João Goulart, cuja política externa “apontou para a continuidade em relação à de Jânio Quadros, especialmente no que tange aos fundamentos: universalismo, independentismo, desenvolvimentismo” (MANZUR, 2014, p. 187). Ao adentrar nesse ponto, é possível lembrar outra característica da PEI: a aceitação em manter relações comerciais com países comunistas, algo interessante em meio ao contexto da época, com a Guerra Fria em pleno desenvolvimento. Tal informação é lembrada por Manzur, ao assinalar:

Quando da renúncia de Quadros, Goulart encontrava-se em missão na China comunista, na tentativa de incrementar as relações comerciais e diplomáticas com aquele país, o que ilustra claramente as ações da diplomacia brasileira na moldura da PEI. Goulart manteve, com San Tiago Dantas como seu primeiro chanceler, a mesma tônica de tentar viabilizar o desenvolvimento do país por intermédio da política externa presente desde os anos 1930, mas a universalização por ele proposta tomava, segundo análise de algumas correntes da opinião nacional, matizes pró-comunistas (MANZUR, 2014, p. 187).

A respeito das novas prioridades da política externa do período, pode-se citar a chamada questão Angolana, em que a participação brasileira no plenário da ONU, sob responsabilidade de Afonso Arinos, pode reiterar a política anticolonial do país. No entanto, tal discurso não foi inteiramente efetivo, visto que também foram defendidos os laços que a ex-colônia possuía com a ex-metrópole, Portugal, o que fez com que a fala acabasse por defender a autodeterminação angolana sem se desfazer dos termos de amizade portugueses (CERVO; BUENO, 2012, p. 366-367). Em relação à independência angolana, no entanto, a opinião de San Tiago Dantas se mostrava moderada, apoiando o respeito ao princípio de autodeterminação, ao mesmo tempo em que desejava manter a proximidade com Portugal. Como explicado por Penna Filho e Lessa, “mesmo o ensaio da política africana adotado (...) não surtiu efeitos radicais. O Brasil continuou sem a firmeza necessária para romper a visão sentimental com relação a Portugal, apesar do esforço de mudança patrocinado pelo novo governo” (2007, p. 67).

Após os governos de Jânio Quadros e João Goulart, do desenvolvimento da Política Externa Independente e da lenta, porém efetiva, reaproximação com o continente africano, se iniciou no Brasil o Regime Militar. Implementado através de um golpe de Estado em 1964, o início do período foi marcado pelas crises internas, com as quais o país vinha sofrendo nos governos anteriores, e o fim da PEI, a qual foi descontinuada por fatores internos (dentre eles,

a própria implementação do novo regime). Ao longo dos anos 1964 e 1985, enquanto os militares se mantiveram no poder, a política externa brasileira

Não constituiu um bloco unificado de ações e perspectivas do sistema mundial, no que tange ao continente africano, os dois primeiros governos militares imprimiram um tom mais geopolítico às relações com a África (SILVA, 2018, p. 28).

De acordo com Penna Filho e Lessa, “o Golpe de Estado de 1964 não chegou a promover uma inflexão total no que tange às relações do Brasil com a África. Contudo, do ponto de vista político, houve um realinhamento com as teses predominantes da Guerra Fria (...)” (2007, p.69). Esse novo alinhamento teve, como um dos primeiros impactos, o fim do discurso de apoio à emancipação de colônias e autodeterminação dos povos, dando mais importância a aspectos econômicos e comerciais com o continente. O primeiro presidente militar foi o Marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967), que contou com a participação do Chanceler Vasco Leitão da Cunha na promoção da política externa. Tanto Cervo e Bueno (2012) quanto Visentini (1998) referem-se a esta como uma política que marca um “passo fora da cadência” do que viria a ser o padrão do período. Como apresentado por Khalil e Alves, “não resta dúvida de que, devido ao próprio contexto político interno, afastar-se dos postulados da PEI, considerados subversivos, tornava-se imperioso para Castelo Branco” (2014, p. 693). Porém, o distanciamento das medidas tomadas anteriormente não ocorreu de maneira tão categórica quanto anunciada.

No período em questão, ainda podia perceber-se uma série de comportamentos herdados da Política Externa Independente, seja em relação aos Estados Unidos, país ao qual o Brasil seguia se mantendo alinhado, seja em relação a outros Estados terceiro-mundistas, como os do continente africano. Como descrito por Cervo e Bueno, Castelo Branco reconhecia o nível de desenvolvimento que o país havia atingido, mas também sabia que não havia um mercado disponível para tais produtos. Dessa maneira, a política externa desenvolvida em seu governo poderia servir para este e outros fins, sempre buscando atender aos interesses nacionais (2012, p. 404). Em suma,

Vasco Leitão da Cunha simplificou a questão ao definir apenas dois objetivos externos: a) recolocar o Brasil no quadro das relações prioritárias com o Ocidente; b) ampliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil. A diplomacia será, pois, acionada para atender fundamentalmente aos interesses do comércio exterior (CERVO; BUENO, 2012, p. 405).

Como algumas das ideias defendidas pela política externa de Castelo Branco não foram bem sucedidas, a partir de 1967, já no governo do General Arthur da Costa e Silva (1967-1969), diretrizes da política externa brasileira foram reformuladas, a fim de prezar pelo desenvolvimento nacional de forma autônoma. As decisões, naquela época, “tornavam-se cada vez mais complexas e extensas, devido ao crescimento econômico e à maior inserção do Brasil no sistema internacional” (CERVO; BUENO, 2012, p. 408). Como denominado pelos autores, esse novo governo era uma fase de “recuperação das tendências” da política externa do país. Apesar de manter comportamentos desenvolvidos pelo antecessor, tais como a oposição aos princípios da Política Externa Independente, Costa e Silva não demorou a começar a desmantelar conceitos implementados por Castelo Branco.

A diplomacia do novo governo, denominada Diplomacia da Prosperidade, foi desenvolvida por José de Magalhães Pinto, ministro das Relações Exteriores. A nova política incluía a eliminação de conceitos considerados incompatíveis com a nova gestão, tais como: a bipolaridade, visto que o diálogo entre Estados Unidos e União Soviética, à época, haviam avançado; a segurança coletiva, pois não ajudaria na superação da desigualdade; a interdependência militar, política e econômica, já que políticas externas deveriam se guiar por interesse nacionais e não motivações ideológicas (CERVO; BUENO, 2012, p. 409). Por fim, as novas diretrizes também apontavam para o fim do ocidentalismo, o qual viria “evitado de prevenções e preconceitos que tolhem à ação externa as vantagens do universalismo” (*idem*).

Mesmo com todas as mudanças e com o rompimento de várias medidas do governo anterior, a política externa implantada entre 1967 e 1969 buscou uma inserção mais independente do Brasil no sistema. No que tange às relações com o continente africano, o próprio presidente acreditava que o país “marchava com os povos atrasados da África e da Ásia nos foros internacionais e que convinha ampliar os contatos bilaterais” (CERVO; BUENO, 2012, p. 450). No entanto, deixava claro seu apoio e a vontade em manter as ligações com Portugal. Dessa maneira, vê-se que o Brasil buscava, efetivamente, uma aproximação com o chamado Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em que se via limitado por tratados e vínculos com países os quais eram responsáveis pelo colonialismo, cujos processos de independência ocorriam fervorosamente em solo africano.

Em 1969, chegou ao poder o General Emílio Médici, que ficou na presidência do país até 1974. Auxiliado por Mário Gibson Barbosa, encarregado do ministério de Relações Exteriores, Médici implementou a chamada Diplomacia do Interesse Nacional, a qual

desenhou moldes da política externa a longo prazo (RIZZI, 2014, p.82) e foi responsável por dar um caráter mais consolidado às ações tomadas pelo Brasil em relação ao continente africano. O plano das novas diretrizes diplomáticas tinha como pauta principal a “inserção do país no sistema mundial, configurando-se como peça importante no jogo político e econômico global” (SCHLICKMANN, 2017, p. 208), propondo alavancar o Brasil enquanto uma potência e indo à busca do título de “país desenvolvido”. De acordo com a autora,

Para alcançar tal objetivo foi necessária uma ruptura ideológica do governo e uma flexibilidade diplomática, aberta a diversificação de alianças, pois não só o terceiro mundo tornou-se protagonista das relações comerciais e diplomáticas, como também a Europa Oriental, Japão e América Latina (2017, p. 208-209).

Ao longo do governo, foram realizadas diversas viagens ao continente africano, a fim de estabelecer contatos e firmar parcerias. Tais viagens, utilizadas como meio de efetivar a aproximação entre as duas costas, começou em 1972, quando Gibson Barbosa realizou uma viagem de dois meses pelo continente, o que pode ser apontado como marco do governo e seu legado enquanto ministro, sendo extremamente significativo para a retomada dos laços do Brasil com África. Como detalhado pela autora, foram visitados nove países: Senegal, Nigéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Gabão, Camarões, Zaire e Senegal, sendo importante ressaltar que eram “todos politicamente moderados e com independências que não passaram por conflitos de libertação” (SCHLICKMANN, 2017, p. 209). Em 1973, outra viagem com o mesmo intuito foi organizada:

Diferentes países foram visitados durante 33 dias, e acordos pontuais de venda de tecnologia brasileira e projetos de infraestrutura foram assinados. Essa segunda viagem compôs-se de pessoas de diferentes áreas dentro do governo e representantes de empresas estatais e privadas, nacionais e internacionais. Os frutos dos esforços do Brasil em conquistar novas alianças e parcerias comerciais com o continente africano foram refletidos nos números da economia. Na década de 1970, as exportações brasileiras aumentaram 129% enquanto as exportações para África cresceram 300%, a maior parte em produtos industrializados (SCHLICKMANN, 2017, p. 210).

Após o aprofundamento ocorrido entre 1969 e 1974 com Médici, Ernesto Geisel assumiu a presidência em 1974 e, juntamente com o ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, desenvolveu a política externa responsável pelo apogeu das relações africanas e brasileiras durante o período militar. Comumente chamada de “pragmatismo responsável e ecumênico”, colocou em prática medidas que se mantiveram até o governo de José Sarney (SILVA, 2018, p.30).

A partir dessa época, é possível perceber que a política africana do Brasil fez com que o país se posicionasse, de maneira dura e clara, acerca dos processos de independência que ocorriam: “Geisel pressionou, em 1974, o governo português para reconhecer a independência de Guiné-Bissau e favorecer as de Angola e Moçambique” (CERVO; BUENO, 2012, p. 451-452). Da mesma maneira, ofereceu à Organização dos Estados Africanos mediação nos processos de emancipação de colônias portuguesas e, não atendendo ao Tratado de Consulta e Amizade (1953), reconheceu o governo independente de Guiné-Bissau, além de ser o primeiro país no mundo a fazer o mesmo com Angola (CERVO; BUENO, 2012, p. 452).

Assim, a política externa brasileira do governo Geisel, a qual manteve diretrizes semelhantes até o final do mandato de José Sarney (1985-1990), tinha como principais características o incremento à cooperação, o respeito à soberania dos povos e a repulsa ao colonialismo (idem, p.452). Tais aspectos foram fundamentais para a concreta aproximação do continente africano, o qual tinha, em diversos países, lutas que buscavam o reconhecimento destes pontos e precisavam de apoio externo em sua consolidação. O governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) apresentou os seguintes dados, que ajudam a corroborar a continuidade da ação da diplomacia brasileira no que tange ao continente africano:

No governo Figueiredo, as relações com África foram mantidas na mesma intensidade, sendo ele o primeiro presidente brasileiro e sul-americano a visitar o continente, em 1983. Figueiredo visitou Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Argélia e Nigéria, o maior parceiro comercial africano. Em sua gestão, 7 chefes de Estado africanos visitaram o Brasil e o país manteve relações diplomáticas com 45 dos então 52 países africanos (SCHLICKMANN, 2017, p. 212).

A partir do final da década de 1990, com o fim do primeiro governo de transição para a democracia, em que Sarney desenvolveu sua “Diplomacia de Resultados” e manteve a orientação da política africana do Brasil (LECHINI, 2008), embora algumas mudanças pudessem ser percebidas tanto interna quanto externamente. Ainda nos anos 80, a crise no modelo nacional-desenvolvimentista fez com que houvessem oscilações nos números ligados a importações e exportações brasileiras. Assim, o país entrou na nova década mais vulnerável internacionalmente, se vendo obrigado a realizar mudanças a fim de alcançar novos parceiros e buscar uma maior atuação no cenário. Dessa forma, segundo o autor,

O que mudou foi o cenário, que se deslocou do Terceiro Mundo (e da África) para outros contextos, entre os quais a América Latina, o Mercosul e as organizações multilaterais – particularmente as comerciais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) (LECHINI, 2008).



A mudança, que se manteve ao longo dos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), foi preservada e o período foi marcado por uma nova instabilidade na organização da política externa brasileira para a África. O final da Guerra Fria, a reorganização do sistema internacional e as novas demandas apresentadas pela população e pelos outros países fizeram com que se cobrassem decisões maiores e mais profundas dos governos em questão. Dessa maneira, o governo passou a negociar em várias frentes (CERVO; BUENO, 2012, p. 504), dando prioridade a blocos e parceiros regionais, medida que acabou por afastar o continente africano da agenda brasileira.

Entretanto, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), juntamente com seus ministros de Relações Exteriores, Luís Felipe Palmeira Lampreia (1995-2001) e Celso Lafer (2001-2003), desenvolveu estratégias que explicitaram a seletividade das parcerias brasileiras em relação ao continente africano. Segundo Mendonça e Faria (2015, p.8), o projeto de inserção internacional do país da época foi redefinido e, a exemplo da reaproximação com a África do Sul pós-apartheid, foram postas em prática diversas iniciativas que favoreceram relações comerciais e harmonia política entre as duas costas do Atlântico, característica que se manteve nos governos posteriores. Deve-se ressaltar que as ações de âmbito comercial foram as principais responsáveis por pautar a política externa dos governos FHC, com destaque para Nigéria e Angola e as trocas comerciais de óleo bruto (MENDONÇA; FARIA, 2015, p.8).

Apesar das pontuais aproximações econômicas e comerciais, o fechamento de diversas embaixadas também é uma das marcas da política externa africana dos anos em que Fernando Henrique Cardoso comandou o país. Durante sua gestão, postos em Camarões, República Democrática do Congo e Zâmbia, entre outros (MENDONÇA; FARIA, 2015, p.10). A falta de atratividade do continente aos olhos brasileiros pode ser justificada por algumas condições, entre elas a prioridade dada a relações com governos da América do Sul e os anseios por maior aproximação com países considerados desenvolvidos.

A política africana do Brasil tomou novo fôlego a partir de 2003, com os governos de Luís Inácio Lula da Silva (até 2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). A política externa do país foi revisada, principalmente nos dois mandatos de Lula, quando esteve sob o comando do chanceler Celso Amorim, trazendo “a revalorização do projeto de cooperação Sul-Sul como instrumento” (LECHINI, 2008) e buscando ampliar as manobras do país em negociações. Tal período, onde se insere o recorte temporal da pesquisa (2003-2014), foi marcado pela volta da

política africana à agenda de discussões e enfoques brasileira, explorando os laços étnicos e culturais e construindo novas relações econômicas e comerciais (LECHINI, 2008).

Como apontado em Mendonça e Faria (2015), a política externa africana desse contexto prezava não apenas interesses e estratégias de curto prazo. Pelo contrário, as ações reproduzidas pelo Ministério de Relações Exteriores buscavam praticar uma abordagem em prol do desenvolvimento de parcerias horizontais, em uma política externa de associação antihegemônica, multipolar, pragmática e idealista (2015, p.11-12). Dessa maneira, o país explorou a promoção de desenvolvimento social e representatividade internacional, colocando todos os atores envolvidos em destaque e realçando ambas as regiões.

Do ponto de vista diplomático, os governos do período em questão, principalmente os do presidente Lula da Silva, foram mais ativos, com uma diplomacia presidencial intensa. Como descrito por Paulo Roberto de Almeida, diplomata de carreira,

(...) o governo Lula não apenas passou a proclamar sua política de ativa solidariedade com a África (quase que como uma espécie de reconhecimento pelos séculos de tráfico, de escravidão e de exclusão interna dos "afro-brasileiros"), mas também prometeu passar à ação concreta (ALMEIDA, 2004).

Da mesma maneira que se fez durante o governo Lula, os governos de Dilma Rousseff mantiveram as bases que haviam sido construídas anteriormente, fazendo a manutenção das parcerias já estabelecidas. Dessa forma, a política de cooperação, “herança” de Fernando Henrique Cardoso, deixou de ser apenas uma promessa e se tornou realidade, com ações práticas e efetivas de colaboração entre os envolvidos.

O governo de Michel Temer (2016-2018) foi marcado por um novo distanciamento, em que houve uma “perda de dinamismo e esvaziamento do teor político das relações Brasil-África, que assumiram um caráter predominantemente comercial” (SILVA, 2018, p. 31). Como apontado pelos autores,

A gestão de Temer parece sinalizar com o retorno de paradigmas deixados pela diplomacia brasileira há décadas, especialmente quando afirma o desejo da substituição das relações Sul-Sul pelo novo (velho) foco nos “parceiros tradicionais”, especialmente nas figuras dos Estados Unidos e da União Europeia (COELHO; SANTOS, 2017).

Assim, é possível afirmar que o governo Temer foi pautado em uma nova orientação da política externa, com distanciamento de projetos de cooperação e a redução da mesma a um

“instrumento de promoção comercial fruto de uma análise de estratégia de inserção internacional obsoleta e alheia aos interesses nacionais” (SILVA, 2018, p. 31).

Ao longo de todos esses séculos de interação entre o Brasil e países do continente africano, ficam claros os tipos de relações mantidas, os motivos que levaram a tais parcerias, bem como todos os momentos de aproximação e afastamento das duas costas do Atlântico. Por todos os anos, e através de todos os governos, pode-se perceber as mudanças que foram implementadas por cada presidente, juntamente com seu corpo diplomático, bem como os impactos que as mesmas tiveram nas economias e nos meios sociais brasileiros e africanos. Parcerias e associações que se mantiveram através das décadas, adaptando-se às necessidades e exigências de cada período e levando consigo as transformações por elas acarretadas.

### 3. DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Ao se realizar uma análise de como o Brasil passou a estabelecer relações com países do seu entorno estratégico a partir do início do século XXI, é possível perceber uma releitura de parcerias antigas, cujos vínculos foram aprofundados e receberam nova abordagem em diversos aspectos. No que tange às relações com países africanos, especialmente aqueles com os quais já eram estabelecidos elos antigos, como Angola e África do Sul, deram-se maior intensidade e um novo fôlego às articulações, o que possibilitou, ao mesmo tempo, a ampliação do posicionamento brasileiro na região, além da promoção de uma identidade comum regional.

No âmbito interno, o que se fez, principalmente no período de 2003 a 2014, com os governos Lula e o primeiro governo de Dilma Rousseff, foi colocar a política externa brasileira em constante diálogo com a política de defesa do país, a qual consistia na manutenção de políticas que visassem proteger os recursos marítimos do Brasil, apontando a pauta como prioridade na visão estratégica que se desenvolvia. Diversos fatores contribuíram para isso, entre eles a ascensão do petróleo brasileiro e a, cada vez maior, preocupação com a segurança relacionada à sua extração. Além disso, a busca por inovações tecnológicas no Exército e na Marinha favoreceram a prática de iniciativas de cooperação.

Após diversos anos de aproximações e distanciamentos, as duas costas do Atlântico, mais uma vez, tinham motivos suficientes para dialogarem e buscarem soluções comuns a problemas semelhantes. O sul do oceano passou a ser foco de interesse de poder, atraindo a atenção e requerendo um olhar especial de países que compartilham seu perímetro. A necessidade de se estabelecerem ações conjuntas de atores regionais, diminuindo, ao máximo, interferências externas e priorizando relações entre semelhantes passou a ditar a maneira como se daria esse processo. Tais projetos foram possíveis graças a iniciativas como a ZOPACAS, criada em 1986 e responsável pelos primeiros diálogos entre Brasil e outros países da região acerca do tema, e IBAS, de 2003, que também auxiliou na coordenação política entre países cujas prioridades estratégicas se mostravam semelhantes na época.

Ao longo deste capítulo, serão apresentadas as projeções que Brasil, África do Sul e Angola desenvolveram no Atlântico Sul, discorrendo acerca da importância que a região teve no desenvolvimento da cooperação entre os países. Além disso, o surgimento de mecanismos como ZOPACAS e IBAS será apresentado, apontando a relevância que os mesmos tiveram na promoção de planos de cooperação técnica para defesa e segurança na região.

### 3.1 RELAÇÕES NO ATLÂNTICO SUL E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO

Ao longo de sua história, o Brasil tentou, por diversas vezes, atuar como representante dos países e da região sul como um todo. No entanto, como apontado por Santos e Cerqueira (2015, p. 24), o país também precisou lidar, durante anos, com dois paradigmas apresentados como antagônicos pelos autores: a busca por autonomia ao mesmo tempo em que se buscava credibilidade internacional. No sentido de procura por maior autonomia, é possível identificar que, apesar do relativo pouco poder em comparação com grandes potências, países como o Brasil, por exemplo, apresentavam características que podiam fazer deles influenciadores internacionais cuja atuação ocorreria através de “arenas multilaterais e ações coletivas entre países similares” (LIMA, 2005). No que tange à credibilidade internacional, a mesma estaria ligada ao “reconhecimento da importância da globalização e com a implementação de reformas macroeconômicas para o êxito econômico e internacional do país” (SANTOS; CERQUEIRA, 2015, p. 24).

Os governos de Lula da Silva deram prioridade à autonomia na política externa brasileira, buscando esclarecer e afirmar os anseios nacionais ao mesmo tempo em que valorizaria e atuaria em conjunto com outros países do sul global. No entanto, é necessário salientar que o surgimento da Cooperação Sul-Sul (CSS) remonta à década de 1960.

Historicamente o país tenta atuar como expoente do grupo de nações que defendem os interesses do “sul”. Na coalizão dos países do Terceiro Mundo, na década de 1960, os diplomatas do Brasil consideraram que o país tinha um papel de “ponte” entre os países do “norte” e os países do “sul”, funcionando como um mediador nas negociações da agenda de desenvolvimento internacional. Pode-se dizer, aliás, que a Cooperação Sul-Sul tem suas bases nas origens das coalizões do Terceiro Mundo, orientadas para a defesa dos interesses econômicos e políticos dos países do “sul” (SANTOS; CERQUEIRA, 2015, p. 24-25).

Em meio ao contexto da Guerra Fria, ainda nos anos 1950, principalmente com o Movimento dos Não-Alinhados<sup>1</sup>, já era possível se apontar tentativas, entre os países, de se promover o comércio e o desenvolvimento dos mesmos sem que fosse necessário o envolvimento em conflitos. De acordo com o Relatório da Cooperação Sul-Sul ibero-

---

<sup>1</sup> O Movimento dos Não-Alinhados remonta ao final da Segunda Guerra Mundial, quando diversos países da África e da Ásia reuniram-se em Bandung, Indonésia (1955), para impedir que a guerra afetasse tão diretamente a região, buscando fortalecer lutas anticoloniais e criar um “terceiro grupo”, em contraste às duas potências da época (BRENNER, 1987, p. 79).

americana, o princípio básico da mesma é a colaboração entre países em desenvolvimento. Aliados a isso, outros princípios importantes na sua manutenção são:

**Horizontalidade:** A Cooperação Sul-Sul exige que os países colaborem entre si em termos de sócios. Isto significa que, muito além das diferenças nos níveis de desenvolvimento relativo entre eles, a colaboração se estabelece de maneira voluntária e sem que nenhuma das partes ligue sua participação ao estabelecimento de condições.

**Consenso:** A execução de uma ação de Cooperação Sul-Sul deve ter sido submetida a consenso pelos Responsáveis de cada país, e isto em âmbitos de negociação comum, como podem ser as comissões mistas ou seus equivalentes.

**Equidade:** A Cooperação Sul-Sul deve ser exercida de um modo tal que seus benefícios (sempre consistentes na potencialização mútua de capacidades críticas para o desenvolvimento) distribuam-se de maneira equitativa entre todos os participantes. Este mesmo critério deve ser aplicado à distribuição de custos, que devem assumir-se de maneira compartilhada e proporcional às possibilidades reais de cada contraparte (SEGIB, 2008, p. 16).

A abertura do Brasil a uma aproximação com os demais países do sul, na época, trouxe uma inovação na sua cooperação política internacional. Nesse momento, se reforçaram ainda mais as bases da política externa brasileira, com promoção do multilateralismo, da não intervenção, da autodeterminação dos povos, da defesa aos valores democráticos e dos direitos humanos. O contexto da época fez com que a Cooperação Sul-Sul tivesse um caráter mais reivindicativo (BRITO; GONÇALVES, 2018, p. 3), ao mesmo tempo em que o poder de barganha dos países não era tão grande quanto se tornou no século XXI.

Nos anos 1970, o cenário mudou quando passaram a ocorrer eventos que marcaram e permitiram que se delimitasse conceitualmente a CSS de maneira mais adequada. Foram reuniões e encontros de organismos das Nações Unidas, como Assembleia Geral, Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul e Grupo dos 77<sup>2</sup>, ou alianças intergovernamentais, como o próprio Movimento dos Não-Alinhados (SEGUB, 2008, p. 10). Tais encontros promoveram as experiências que os países participantes estavam vivenciando e foram, principalmente, multilaterais, servindo como base na delimitação dos princípios da cooperação entre o sul em alternativa à cooperação norte-sul.

No mesmo período, a cooperação internacional teve um papel importante na política interna do Brasil, em meio ao período ditatorial, quando teve caráter instrumental, auxiliando

---

<sup>2</sup> Criado em 1964, juntamente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), tem por objetivo fornecer os meios para que os países do Sul pudessem articular e promover seus interesses econômicos coletivos e melhorar a sua capacidade de negociação conjunta no sistema das Nações Unidas (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 128)

na manutenção de núcleos democráticos no país. Ao mesmo tempo, favoreceu que instituições acadêmicas brasileiras criassem laços com universidades de outros países (TONI, 2010). Em 1971, o primeiro acordo de cooperação do Brasil foi firmado, sendo seguido, ao longo da década, por outros vários acordos com países americanos e africanos, que marcaram, mesmo que de forma pontual, as primeiras experiências brasileiras na área (BRITO; GONÇALVES, 2018, p.6). Segundo as mesmas autoras,

Contribuiu para essa convicção a similaridade de condições econômicas, culturais e sociais com os países latino-americanos e africanos. Foi também ao longo deste período que o tema da CSS ganhou força no sistema internacional, envolvendo vários encontros entre países em desenvolvimento e absorvendo espaço no âmbito da ONU, conforme exposto na subseção precedente. O Brasil assumiu um papel ativo nas discussões, buscando impulsionar a CSS já praticada, embora timidamente, pelo país ao longo da década (2018, p.7).

A partir de 1990, o crescimento econômico que alguns dos países em desenvolvimento passaram a apresentar contribuiu no fortalecimento da cooperação, na medida em que eles puderam também começar a oferecer cooperação ao invés de apenas se utilizarem dela, o que transformou a Cooperação Sul-Sul em um instrumento na busca por desenvolvimento estatal. Na mesma década, ela voltou se expandir, depois das diversas crises econômicas e recessões que marcaram os anos 80 e levaram a uma fase de inflexão nas ações de cooperação (BRITO; GONÇALVES, 2018, p.5).

Com os Estados recuperados e com as economias voltando a se fortalecerem internamente, foi possível encarar a cooperação como fator que poderia contribuir para o desenvolvimento dos mesmos. Nesse contexto, como apontado pelos autores, a América Latina pode exercer “lugar central neste âmbito com diversos países, entre eles o Brasil, participando de inúmeras ações de cooperação que objetivam o desenvolvimento econômico e social de outros países” (2018, p.6). Cabe ressaltar que tais iniciativas foram facilitadas através da criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em 1987 para acompanhar projetos de cooperação técnica e internacional com governos e outros organismos internacionais.

A criação da Agência Brasileira de Cooperação ocorreu em um momento de grandes mudanças nos fluxos de cooperação internacional para o desenvolvimento. Essas transformações materializaram-se, no Brasil, de duas formas. Inicialmente, no âmbito das relações de cooperação técnica do Brasil com o sistema multilateral, introduziu-se no país, a partir de fins da década de 1980, um novo modelo de gestão da cooperação multilateral, que preconizava o controle, por parte dos países em desenvolvimento, dos programas de cooperação técnica implementados pelos organismos internacionais. Uma segunda vertente de trabalho da política externa

brasileira que se permitiu ampliar a partir da criação da ABC foi a cooperação técnica Sul-Sul (ABC, s/d).

De acordo com Puente (2010), nos anos 90 houve um aumento da demanda por iniciativas de cooperação com o Brasil, que se deve a fatores como o sucesso de experiências anteriores, quando as operações bem-sucedidas do país chamaram a atenção internacional, e o interesse baseado na difusão de informações sobre os projetos anteriores foram amplamente divulgados em foros internacionais (2010, p. 111). A esses dois pontos, une-se a política externa do governo Collor, que tinha como pauta a retomada da aproximação entre Brasil e países sul-americanos e africanos. A instrumentalidade da cooperação no governo FHC era clara, visto que um de seus objetivos era “ampliar a projeção da imagem positiva do Brasil no plano internacional por intermédio das atividades de cooperação implementadas” (BRITO; GONÇALVES, 2018, p.8).

No século XXI, no entanto, a cooperação foi atualizada, modificando, em algumas áreas, a maneira como a mesma vinha sendo praticada. A difusão do poder global e a ascensão mais concreta de países considerados emergentes, tanto econômica quanto politicamente, foram duas mudanças marcantes que o sistema internacional enfrentou nesse novo século. De acordo com Bruno Ayllón Pino, conforme a ordem internacional se alterava, eram “incrementadas as possibilidades e oportunidades de se ampliar o leque das formas “tradicionais” de cooperação, derivadas das responsabilidades que os emergentes assumem” (PINO, 2012, p. 233). Seguindo as tendências do contexto da época, a chegada de Lula ao poder, em 2003, alterou de forma notória maneira como o Brasil realizava cooperação, dando novos enfoques e alterando estratégias.

O novo governo que se iniciou em 2003 trouxe consigo as atualizações que o cenário internacional pedia. Uma nova inserção internacional do Brasil passou a ser feita, priorizando as relações Sul-Sul através da promoção de alianças e acordos com parceiros estratégicos e não tradicionais, que buscava reduzir as assimetrias que com países mais ricos e aumentar o poder de barganha brasileiro (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283). De acordo com os autores,

(...) a maior parte das mudanças se enquadra na ideia de ajuste ou de mudança de programa, pois as metas da política externa não foram alteradas de forma significativa (...). Assim, defendemos que o governo Lula da Silva realizou mudanças de ênfases e de tonalidade em sua política externa (ajustes), buscando novas formas de inserção internacional para o país (...). Lula da Silva utiliza uma



estratégia que poderia ser batizada de “autonomia pela diversificação”, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 282-283).

Outra mudança relevante do período é a forma como as atividades de cooperação ganharam maior destaque graças ao Itamaraty e sua chefia. Com a aproximação entre países da América Latina, África e Ásia novamente em vigor e mais fortes do que na década anterior, a demanda por cooperação para o desenvolvimento de todos continuava crescendo (PUENTE, 2010, p.113). Com isso, o Ministério das Relações Exteriores passou a estabelecer novas prioridades e dar maiores recursos à Agência Brasileira de Cooperação. O que já tinha impulso no governo FHC teve maior fôlego nas gestões Lula, quando ganhou “novas dimensões com o envolvimento mais visível e intenso do Brasil em atividades de cooperação horizontal, que tiveram inclusive seu caráter instrumental ressaltado na política externa” (BRITO; GONÇALVES, 2018, p.8).

A perspectiva técnica da Cooperação Sul-Sul surgiu na década de 1970, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) institucionalizou a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). A partir deste momento, o Brasil passou a montar um projeto de cooperação com outros países, contando com organizações nacionais que pudessem planejar e repassar tais conhecimentos a Estados em condição de desenvolvimento (BRITO; GONÇALVES, 2018, p.9). Um fator interessante é lembrado por Cervo, que analisa o complexo cenário dos anos 70 e 80 e aponta um dilema enfrentado pelo Brasil: era um país de grandes possibilidades e ao mesmo tempo de necessidades existenciais elementares não satisfeitas (CERVO, 1994, p. 43). De acordo com o autor,

Pretendia-se avançar pelos sofisticados mecanismos da cooperação tecnológica, mas não se podia deixar de carregar o fardo de uma miséria social que persistia e que, entretanto, poderia ser aliviada pela “assistência” técnica ou pela “transferência” de conhecimento (CERVO, 1994, p. 43).

A criação da Agência para Cooperação (ABC) pode ser indicada como um meio de amenizar a situação, visto que se passou a buscar o fim da cooperação vertical (ou tradicional), rejeitando a histórica desigualdade apresentada entre Estados prestadores e Estados receptores. Tal condição, muito frequente na cooperação Norte-Sul, “deveria ser substituído por uma relação de efetiva parceria, eliminando-se a passividade que marcava historicamente a postura do país recipiendário” (PUENTE, 2010, p.113).

A própria criação da ABC, órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores, já representou um grande avanço na questão. Seu surgimento também significou um progresso no desenvolvimento da política de cooperação brasileira, já que foi capaz de capacitar o país com um órgão unicamente responsável por tratar da cooperação técnica e de todas as suas direções, algo que não era praticada até o momento (BRITO; GONÇALVES, 2018, p.9). Além disso, segundo as autoras, a época em que a ABC surgiu também trouxe consigo outros avanços, como a quantidade de programas executados e o aumento na qualidade dos mesmos. Sobretudo, uma mudança fundamental foi a absorção de mudanças em sua linha de ação, como é explicado a seguir:

Incorporou conceitos sustentados pela ONU, tomando como ponto de referência a Agenda para o Desenvolvimento, e buscou contemplar temas como eficácia, transparência, descentralização e especialização. A cooperação técnica evoluiu de um enfoque tradicional – vinculado à execução de ações pontuais e uni setoriais – para ações de maior envergadura (BRITO; GONÇALVES, 2018, p.9).

Como apontado por Puente, as motivações que a Cooperação Técnica brasileira surgiram ligadas à necessidade e renovação do sistema de cooperação internacional, prezando por reforçar as capacidades dos países em desenvolvimento e garantir-lhes a busca pelo desenvolvimento sustentável (PUENTE, 2010, p. 113). Outros pontos importantes levantados pelo autor são as faces que essa política trouxe ao país. Entre elas, está a importância na mesma, tanto no discurso quanto na prática, como um mecanismo catalisador do desenvolvimento em países nos quais era estabelecida.

Em conjunto, Puente aponta que suas considerações políticas também são de extrema relevância, visto que “Brasil identificou na CTPD uma forma de reforçar sua aproximação com países da América Latina e com países africanos de língua portuguesa” (PUENTE, 2010, p. 113). Nesse sentido, na origem da cooperação técnica brasileira, estão fatores geopolíticos e vínculos históricos, culturais e étnicos baseados na solidariedade entre as nações em desenvolvimento (PUENTE, 2010, p. 113-114).

No que tange às características da CTPD brasileira, o autor afirma que a mesma

(...) tem procurado refletir, ainda que nem sempre de forma explícita, a essência das linhas mestras da política exterior brasileira, algumas inscritas na própria Constituição: a defesa da paz e da solução pacífica de controvérsias; a igualdade entre os Estados; a autodeterminação dos povos; o princípio da não intervenção; a busca permanente do desenvolvimento; a cooperação e a solidariedade entre as nações para o progresso da humanidade; e a redução do hiato entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento (2010, p. 114).

Ao mesmo tempo em que mantinha dentro de suas metas um crescimento nas relações com países sul-americanos, por questões culturais, econômicas e políticas, a CTPD brasileira também passou a buscar uma aproximação com países africanos, principalmente os de língua oficial portuguesa. Assim, o autor afirma que “nesse sentido, a CTPD brasileira não deixa de ser um meio à disposição do Estado para auxiliar, em certa medida, na consecução dos objetivos” (2010, p. 114). A respeito disso, Amado Cervo analisou, de forma bastante profunda, o pensamento brasileiro sobre a evolução conceitual da cooperação desenvolvida, afirmando que “ao pensamento brasileiro, a cooperação assistencial passou a causar repugnância, visto que se requeria da política exterior uma cooperação econômica, científica e tecnológica a implementar-se entre as partes , em condições cada vez mais igualitárias” (CERVO, 1994, p.42).

Em suma, as análises são complementares, no sentido de que ambas defendem que a CTPD brasileira passaria a fazer parte da política externa do Brasil. Não seria mais uma cooperação voluntária executada apenas quando requerida. Os governos que a atualizaram viram nesse processo uma chance de, mais uma vez, inserir de maneira efetiva o país no sistema internacional como um participante capaz de oferecer ajuda capacitada, promovendo o aprofundamento de relações com seus semelhantes ao mesmo tempo em que eleva seu poder de barganha perante os países considerados desenvolvidos.

Ao analisarmos um panorama geral da prática de cooperação internacional pelo Brasil, se faz necessário trazer de volta à discussão a presença brasileira constante e consolidada em fóruns internacionais de organismos multilaterais, a exemplo do PNUD<sup>3</sup>, como apontado por Puente (2010). Uma das características mais marcantes destacada é o pragmatismo, ou seja, a ausência de quaisquer elementos ideológicos e condicionantes políticos. Para o autor,

O modelo de concepção e de execução da CTPD brasileira não deixa de refletir a influência das categorias de análise, dos métodos de trabalho, do instrumental e da própria lógica prevalecente no ambiente da cooperação multilateral internacional. Em parte, essa característica se deve ao papel significativo desempenhado pelo PNUD na construção institucional da ABC e no apoio dado à CTPD brasileira (2010, p. 114-115).

---

<sup>3</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O PNUD foi criado a partir de resolução da Assembleia Geral da ONU em 1965 e é o principal órgão da ONU para o desenvolvimento, sendo encarregado de agir em conjunto com os países a fim de gerir soluções para desafios relacionados ao desenvolvimento dos mesmos (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 54).

Além disso, há mais fatores característicos da cooperação brasileira a serem explicitados, tais como a busca por manter o maior grau de horizontalidade possível, o entendimento de que ela deveria alterar métodos antigos de cooperação a fim de incluir, nos mesmos, inovações ligadas às negociações e, por fim, sua natureza não lucrativa. A respeito da procura por manter o maior grau de horizontalidade, isto se dá a fim de que se mantenha uma relação de igualdade dentro das possibilidades. No entanto, existe um grau grande de complexidade, visto que existem diferenças de nível de desenvolvimento entre prestador e receptor, ao mesmo tempo em que, em geral, o país prestador tem maior capacidade para estabelecer suas prioridades (PUENTE, 2010, p. 115).

No que tange às alterações em métodos de cooperação, o autor explica que deveriam ser incluídas “inovações importantes na negociação da cooperação, na identificação dos interesses do país parceiro (recipiendário), na sua participação efetiva no desenho da cooperação e no planejamento das ações” (2010, p. 115). O principal objetivo é prezar pela política da demanda, não mais tratando essa relação como algo focado na oferta dos serviços. Ademais, cooperação de oferta, e utilizar, na medida do possível, a ótica da demanda. A terminologia utilizada também procura eliminar expressões como prestador e recipiendário, substituindo-a pela de parceiros (embora essa distinção tenha um caráter marcadamente retórico).

A CTPD brasileira motiva-se, ao menos no nível do discurso, pela solidariedade e pelos laços históricos e culturais com os países parceiros. Não há elementos concretos que permitam questionar a presença genuína dessas motivações, que, contudo, não serão as únicas, pois, como já observado, a CTPD incorporou entre suas finalidades, até mesmo no plano do discurso, os objetivos políticos de adensamento das relações com outros países (PUENTE, 2010, p.115).

Por fim, outra característica fundamental que deve ser apresentada é o caráter não lucrativo das relações da CTPD brasileira. Como destacado em documentos oficiais, essa opção é quase exclusivamente brasileira e tal particularidade se manteve ao longo dos anos.

Essa característica reflete inegavelmente uma crítica tácita aos esquemas de cooperação técnica tradicional que primam por colocar os interesses econômicos e comerciais dos prestadores acima dos elementos teleológicos da cooperação. O tema não está livre de total controvérsia, já que haveria entre críticos do modelo de CTPD brasileira aqueles que entendem essa desvinculação explícita como, no mínimo, desnecessária para a preservação de interesses imediatos ou futuros do Brasil no país parceiro (PUENTE, 2010, p. 116).

Até metade da primeira década do século XXI, a cooperação técnica podia ser analisada e vista como um instrumento de política externa brasileira, voltado para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do país, bem como de inserção internacional (SANTOS; CERQUEIRA, 2015, p. 28). O papel de protagonista também se aplicava no campo da cooperação técnica, em que o Brasil desempenhava um importante papel na aproximação com as nações de diferentes níveis de desenvolvimento. Sendo assim, pode-se concluir que as iniciativas da cooperação técnica representam um real instrumento que gera aproximação troca de informações, experiências e tecnologias entre os países do sul, além de aumentar o poder de barganha dos envolvidos perante o sistema internacional.

### 3.2 SURGIMENTO DA ZOPACAS E DO IBAS

Realizada uma rápida descrição dos princípios que nortearam o surgimento e promoção da Cooperação Sul-Sul, da cooperação técnica e da Cooperação Técnica para Países em Desenvolvimento, passa-se para uma apresentação dos mecanismos que possibilitaram que tais iniciativas pudessem ser colocadas em prática com o continente africano. Para isso, são apresentadas as condições em que cada um foi criado, reiterando a política externa do governo e apresentando a evolução que tiveram entre 2003 e 2014, recorte temporal em que a pesquisa se encaixa.

Como apontado anteriormente, foi durante o século XXI que o Brasil se voltou com maior interesse e presença para o Atlântico Sul, utilizando-se da cooperação técnica como apoio para transmitir uma nova imagem perante o sistema internacional. Segundo Moura Júnior, os governos Lula apresentaram mudanças significativas de política externa, à medida que “sua política externa pretendeu substituir a imagem de ser um “mercado emergente” para se aproximar de uma imagem de um país protagonista no cenário internacional” (2011, p.32). No entanto, os projetos que uniriam as duas costas do oceano datam de décadas atrás, assim como a presença do Brasil na África, a qual ocorre há séculos, como já foi apresentado anteriormente.

A partir da década de 1960, o continente africano começou a passar por várias e profundas mudanças. Em meio aos processos de independência de diversos países, acabaram surgindo conflitos armados que lutavam pelo fim da colonização desses povos. De acordo com o que é apresentado por Ferreira e Migon (2016), tais disputas provocaram desestabilização mas também fizeram com que inúmeros Estados Nacionais surgissem no

sistema internacional, aumentando a participação africana no mesmo (2016, p. 102). No que tange à atuação brasileira nesse contexto, é correto afirmar que ela ocorre de maneira efetiva há quase 50 anos. O que os autores apresentam a respeito dessa afirmação é que tal atividade ocorreu

(...) independente do grupo político que ocupou o poder. Tal fato sempre aproximou o tema dos valores estratégicos nacionais do que de ações episódicas ou eventualmente oportunistas. Entretanto, é necessário destacar que, ainda que sendo ação estratégica de longo prazo, as abordagens apresentaram particularidades de acordo com o projeto político do momento (FERREIRA; MIGON, 2016, p. 102).

Nesse ponto, entramos em um dos quatro paradigmas que norteia a política externa brasileira: o Paradigma do Estado Logístico. De acordo com Cervo (2003), durante o governo FHC foi feito um ensaio da introdução deste paradigma à atuação internacional brasileira. Agindo em consonância com o contexto da época, tal paradigma deu destaque às perspectivas econômicas, associando “um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro” (CERVO, 2003, p. 21). No plano político, tanto a nível nacional quanto a nível regional, tendo como base a América Latina como um todo, o paradigma recuperou a autonomia na tomada de decisões, prezando pela interdependência e a superação de assimetrias entre os Estados.

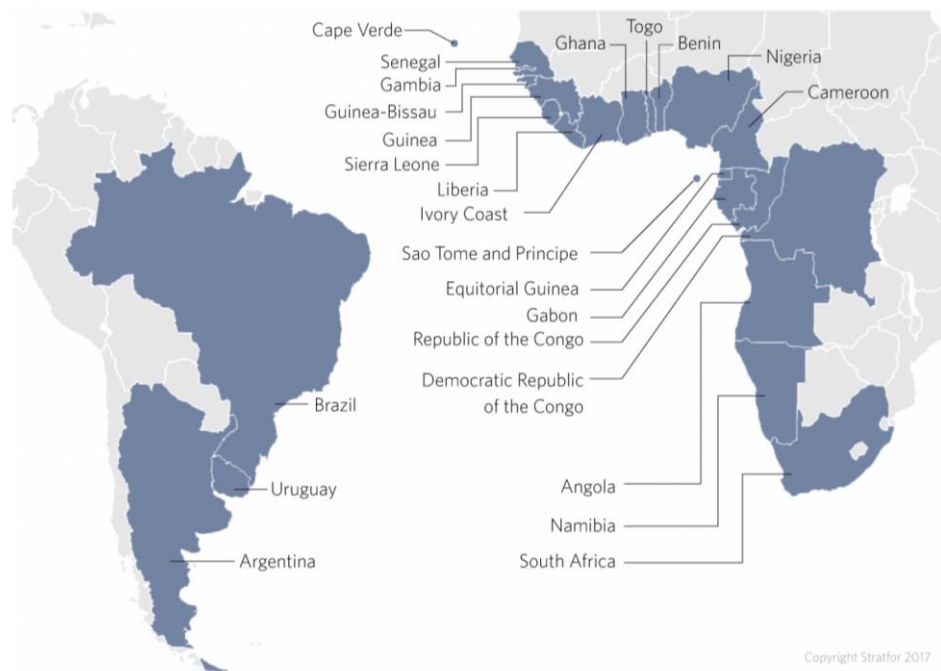
Por fim, o Estado logístico imita o comportamento das nações avançadas, particularmente os Estados Unidos, visto como protótipo do modelo. A política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar. A percepção dos interesses brasileiros pelos dirigentes logísticos equivale à percepção de interesses de uma sociedade avançada CERVO, 2003, p. 21).

O enfoque econômico do paradigma logístico fez com que iniciativas relacionadas às questões de segurança e defesa perdessem relevância no contexto. O desejo por uma internacionalização econômica, definiu Cervo, se iniciou, sobretudo, em relação aos vizinhos do Brasil, sendo apontada como “remédio aos desequilíbrios estruturais” que o país tinha na época (CERVO, 2003, p. 22). Apesar do foco econômico, isso não significou que iniciativas de cooperação não ocorreram. Ainda nos anos 80, o surgimento da ZOPACAS teve grande importância na construção da imagem que o Brasil queria passar ao exterior, com um projeto abrangendo a área de segurança e defesa, bem como, mais tarde, a criação da Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visto que ambas discutiam estratégias para os oceanos (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 15).

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada em 1986, por meio de iniciativa brasileira, através de uma proposta feita pelo Itamaraty à ONU. É formada por países banhados pelo Oceano Atlântico e sua criação remonta ao final da Guerra Fria, surgindo na tentativa de se estabelecer uma contraposição à OTAN (Tratado do Atlântico Norte). Em sua composição, países africanos e sul-americanos buscavam apresentar um projeto que garantisse a proteção da região a conflitos nos quais os países não estavam inseridos, assegurando a existência de uma zona de paz para que a cooperação entre tais Estados fosse pacífica (CARVALHO; NUNES, 2013, p. 84).

### Mapa 1: Países-membros da ZOPACAS



Fonte: WorldView Stratfor, 2017.

Por ter surgido no contexto do pós-Guerra Fria, a ideia de se criar uma OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) foi amplamente apoiada pelos Estados africanos. No entanto, ao final da década de 80, com a Guerra das Malvinas, tal projeto foi deixado de lado, ao mesmo tempo em que o novo conflito se mostrou um incentivo à ZOPACAS, dada a presença constante e intensa dos ingleses na região sul do oceano (PENNA FILHO, 2015, p.

158). Como apresentado pelo autor, além deste, houve alguns outros motivos podem ser elencados como propulsores à oficialização da ZOPACAS, como o desejo tanto brasileiro quando africano de que o Atlântico Sul não se tornasse uma zona militarizada e o fim do Apartheid na África do Sul, que fez renascerem perspectivas de cooperação e paz, visto que o regime era uma das maiores fontes de desestabilização do continente àquela época.

Moçambique, Namíbia, Zimbábwe, Zâmbia e Angola puderam respirar aliviados e esperançosos. A ascensão ao poder por parte do Congresso Nacional Africano significou o início de uma nova era não somente para a África do Sul, mas também para toda a África Austral. Assim, a África do Sul passou quase que automaticamente de inimiga número um dos países africanos para a posição de um país que tinha credenciais para se transformar em líder político e zona econômica relevante, criando a esperança de que poderia, inclusive, promover a retomada do crescimento econômico dos países do bloco da África Austral (PENNA FILHO, 2015, p. 158).

Nesse contexto, a participação africana na ONU e demais organismos multilaterais passou a ter outra dimensão. Assim, a criação da ZOPACAS ocorreu em 1986, tendo sido proposta pelo Brasil, apoiada pela Argentina e aprovada através da Resolução 41/1 de 1986, com 124 votos favoráveis e a oposição única dos Estados Unidos (CARVALHO; NUNES, 2013, p. 8). Tal posicionamento estadunidense se justifica pela resistência do país à criação de qualquer mecanismo que pudesse restringir sua atuação.

Na perspectiva brasileira, a ZOPACAS foi criada a partir de quatro aspectos, como elencado por Penna Filho: i) evitar a militarização do Atlântico Sul por parte de qualquer que fosse o país, do perímetro ou de fora dele; ii) a aproximação política e econômica entre Brasil e África do Sul passava a aumentar naquela época, embora o governo sul-africano ainda fosse visto com desconfiança pelos vizinho africanos, fazendo com que uma iniciativa que previa desmilitarização fosse vista com entusiasmo pelos mesmos; iii) o mar passou a constituir uma zona estratégica para o Brasil, fazendo com que os direitos acerca da região fossem defendidos com maior intensidade; iv) a presença britânica, já citada anteriormente, que representava uma ameaça e uma presença indesejada na região (PENNA FILHO, 2015, p. 159).

Ao final da Guerra Fria, em 1991, a iniciativa perdeu um pouco sua força, ficando, inclusive, sem a atenção que havia recebido do governo brasileiro. Tal mudança se explica pelo contexto que o país viveu durante a década de 90, em que as relações com Estados Unidos e países europeus foram privilegiadas na pauta de política externa. Por parte africana, diversos países ainda colhiam os frutos da crise que afetou parte do globo nos anos 1980 e



estremeceu as relações que mantinham com o Brasil. Foi um período de afastamento, embora algumas parcerias pontuais tenham se mantido de maneira seletiva (CARVALHO; NUNES, 2013, p. 87). Tal situação apenas se modificou no início do século XXI, durante os governos Lula, quando uma virada realmente significativa na posição brasileira em relação aos países africanos e demais Estados em desenvolvimento ocorreu. Tal transformação “consagrou a dedicação brasileira às relações Sul-Sul”, fazendo com que as oscilações diplomáticas da década anterior tivessem fim (CARVALHO; NUNES, 2013, p. 87).

Em relação às reuniões dos representantes da ZOPACAS e como elas se desenvolveram, pode-se afirmar que ocorreram de forma tímida durante as décadas de 1980 e 1990, tendo um hiato durante o começo do século XXI. As primeiras ocorreram em 1988 e 1990, sendo uma no Brasil e outra na Nigéria, as quais discutiram questões técnicas e operacionais do fórum. O terceiro encontro ocorreu em 1994, novamente no Brasil, trazendo para a discussão pontos como a cooperação econômica e ambiental entre os membros (CARVALHO; NUNES, 2013, p. 87). As duas últimas reuniões da década de 90 aconteceram em 1996 e 1998, na África do Sul e na Argentina, respectivamente. Apesar dos debates acerca de temas pertinentes a todos os membros, os autores apontam a inexistência de uma estrutura realmente eficaz que fizesse com que a ZOPACAS pudesse se sustentar. Por esse motivo, aliado ao desgaste que o fórum já vinha sofrendo, a próxima reunião ocorreu quase 10 anos depois, em 2007, já durante o segundo mandato de Lula.

Em conjunto com a ZOPACAS, outro fórum de debate sobre segurança e defesa de grande importância é o IBAS. O Fórum de Diálogo Índias-Brasil-África do Sul (IBAS) foi criado em 2003, seguindo o mesmo contexto da ZOPACAS de reorganização do cenário internacional do pós-Guerra Fria, porém contando com características próprias da época em que foi surgido, quando o sistema internacional passava por um novo alargamento na agenda de segurança. Tendo sido idealizado pelo presidente sul-africano, Thabo Mbeki, o projeto compreendia os desejos e a necessidade de uma maior coordenação entre os países-membros, que também tinham grande importância em suas regiões (TANCREDI; LUBASZEWSKI, 2014, p. 26).

Nesse cenário, anseios de coordenação para que Índia, Brasil e África do Sul pudessem defender suas posições comuns perante os países desenvolvidos e de cooperação, para que, juntos, estes mesmos países pudessem combater suas fraquezas internas, resultaram na formação do fórum (TANCREDI; LUBASZEWSKI, 2014, p. 27).

O contexto interno de cada um dos três países na criação do IBAS é de grande relevância pra a compreensão dos motivos que levaram ao surgimento do fórum. Primeiramente, em relação ao Brasil, é necessário considerarmos que esse foi uma das primeiras ações com notoriedade de política externa do governo Lula. Marcou a mudança de entendimento acerca do sistema internacional que o país passaria a ter, dando preferência a atores regionais e prezando pela manutenção de sua posição de líder regional em processos de integração, quaisquer que fossem. Segundo Almeida Filho (2009),

A alteração do modo como o Brasil procura inserir-se internacionalmente permite, em alguma medida, compreender a participação do país no IBAS. Dentro do modelo de credibilidade, o Brasil confiava na sua possibilidade de liderança regional, bem justificada pelo tamanho de sua economia, mas não se via com excedente de poder para assumir uma posição de maior saliência no hemisfério Sul e para influir decisivamente sobre as grandes questões mundiais. Em um paradigma autonomista, passa a se conceber como capaz de afetar o sistema internacional como um todo; a diplomacia brasileira viu-se ‘autorizada’ a participar do IBAS (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 72-73).

No que tange à África do Sul, o contexto que o país vivia quando o fórum foi criado era de reinserção no sistema internacional, principalmente após o Apartheid, sendo necessárias iniciativas que recolocassem o país em destaque e, sobretudo, trouxessem de volta a confiança de seus vizinhos e outros países do entorno. Segundo Almeida Filho, o período da gestão de Nelson Mandela e os governos que o seguiram foram chamados de “Nova África do Sul”, quando sua abertura extracontinental sul-africana foi comparada à abertura de asas de uma borboleta, processo conhecido por *butterfly strategy*. A respeito disso, o autor explica:

A África do Sul manteria o corpo de seu relacionamento externo alinhado em direção ao Norte, onde estão as principais economias do mundo e onde fixou tradicionalmente sua atuação. Ao mesmo tempo, a RAS procuraria abrir suas asas para o Leste, na direção da Ásia, e para Oeste, na da América Latina. Percebe-se que a formação do IBAS encontra-se em perfeita consonância com a *butterfly strategy*, estando Brasil e Índia, cada um, em uma asa da borboleta (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 95-96).

A respeito da Índia, pode-se analisar que o país tinha um histórico de não manter alinhamentos, dado o contexto de Guerra Fria, sendo apresentada até mesmo como uma liderança do Terceiro Mundo por Almeida Filho em sua análise. De acordo com o autor, o país viu no fórum uma oportunidade que poderia contribuir ao reestabelecimento da normalidade do convívio internacional (2009, p. 57). Após atividade nucleares em 1998, que

geraram retaliações internacionais, a Índia buscou parceiros que buscassem o mesmo que ela no momento: reinserção internacional e destaque no contexto.

Vê também na associação com o Brasil e a África do Sul oportunidades, que são limitadas em sua região, para o estabelecimento de parcerias econômico-comerciais produtivas. Espera ainda que o grupo, em seu vetor de cooperação, possa dar origem a projetos concretos de real significado (ALMEIDA FILHO, 2009, p.57).

Em suma, pode-se perceber que cada um dos envolvidos tinha suas particularidades e buscava interesses individuais adicionais aos interesses do todo. Tanto Brasil quanto África do Sul e Índia tinham anseios e expectativas relacionados aos benefícios que esperavam ter com a iniciativa, ansiando por um novo local no sistema e maior reconhecimento internacional. Uma das características que todos carregavam era o título de potência regional, aliado ao fato de serem considerados líderes regionais, além da classificação, em comum, de serem países periféricos com economias potenciais proporcionais aos problemas sociais que tinham.

No que se refere ao potencial de cada país dentro do IBAS, é possível analisar que a participação brasileira somaria levando-se em conta o título que carregou de referência mundial em políticas públicas de combate à pobreza e outros problemas sociais (TANCREDI; LUBASZEWSKI, 2014, p. 29). Dessa maneira, de acordo com as autoras, “a experiência brasileira pode servir de influência positiva na luta contra os mesmos obstáculos sociais nos demais membros do IBAS”. Sobre segurança e defesa, àquela época o país já era considerado expoente no desenvolvimento de políticas, servindo como exemplo de aumento da importância de ações em projetos multilaterais.

A África do Sul tinha notoriedade em discussões ligadas a problemas de segurança e saúde, além de sua ação atuação na intermediação de controvérsias na região, nas quais sempre intervinha e defendia a solução pacífica dos conflitos, sendo apontada como exemplo ao Brasil, que ansiava ter o mesmo papel na América do Sul (TANCREDI; LUBASZEWSKI, 2014, p. 30). Já a Índia tinha destaque em questões regionais de segurança, devido às relações que mantinha com os vizinhos asiáticos, ao mesmo tempo em que avançava nos ramos da saúde, tecnologia e qualificação crescente de mão-de-obra (BERND; NUNES, 2008).

À sua maneira, cada um dos integrantes do IBAS tinha condições de contribuir para o desenvolvimento da iniciativa, bem como tinha carências as quais poderiam ser supridas com os exemplos dos novos parceiros. O fórum tinha capacidade de levar desenvolvimento a seus

membros, bem como aplicar as mudanças de política externa de cada um, sendo palco das novas atuações que os três países tinham anseio de praticar. De maneira complementar, teve extrema relevância, principalmente no contexto da época, na manutenção da cooperação entre os participantes e entre os participantes e demais países com os quais mantinham relações.

### 3.3 AGENDA DE SEGURANÇA AFRICANA

Após serem apresentados os mecanismos que facilitaram o desenvolvimento da cooperação entre o Brasil e o continente africano, seja com países da costa, no caso da ZOPACAS, seja com um país considerado líder regional, no caso do IBAS com a África do Sul, faz-se necessário apresentar a agenda de segurança africana. Dessa maneira, o objetivo é apresentar a atuação dos países no que se refere a segurança e defesa, bem como a maneira como se desenvolvem iniciativas relacionadas dentro do continente, aliado à atuação brasileira nos âmbitos em questão, a qual já foi tratada posteriormente.

Como já foi abordado anteriormente, o sistema internacional sofreu um grande impacto com o final da Guerra Fria, que acarretou em inúmeras mudanças nos países e nas relações que se estabeleciam entre eles. Durante o conflito, houve a entrada de diversos novos Estados no sistema, boa parte deles do continente africano, que vinha desde os anos 1960 passando por processos emancipatórios. Ferreira e Migon (2016) lembram que, até o final do conflito, ainda havia esperanças de que os interesses políticos e estratégicos na África pudessem fazer com que soluções para as crises que lá existiam fossem encontradas. Como nenhuma medida foi tomada, o continente acabou tendo que lidar “sozinho” com as crises, o que fez com que questões ligadas à segurança fossem colocadas no topo da agenda. A falta de apoio externa gerou uma busca por soluções não pacíficas para os problemas, o que, segundo os autores, teve consequências imediatas e desastrosas.

Via de regra, houve envolvimento de países vizinhos em conflitos internos, destruição da enfraquecida estrutura econômica do continente, devastação ambiental e mortes, grandes deslocamentos populacionais, perpetuação da pobreza e do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento da enorme distância que separa o continente africano do mundo desenvolvido. Pode-se afirmar, portanto, que o incremento dos conflitos africanos nos anos 1990 esteve claramente associado ao fim da Guerra Fria (FERREIRA; MIGON, 2016, p. 99).

O claro aumento nas guerras civis no continente teve respostas que vieram das Nações Unidas, através da criação e envio de missões de paz, as chamadas *peacekeeping*. No entanto,

Penna Filho explica resumidamente os fatores que levaram a essa atitude por parte da ONU. Segundo o autor,

A situação africana foi particularmente afetada pelo afastamento deliberado tanto dos Estados Unidos quanto das antigas metrópoles coloniais, especialmente da Inglaterra e da França. Como desdobramento dessa situação as Nações Unidas, na verdade, se viram compelidas a assumir um papel mais ativo nos assuntos referentes ao continente. Algo precisava ser feito e de maneira imediata (PENNA FILHO, 2004, p. 38).

Outro dado que dá dimensão do que ocorria em solo africano na década de 1990 são os números ligados às missões no continente: entre 1988 e 1994, o número de missões triplicou; o mesmo ocorreu com os gastos, que foram de US\$230 milhões a US\$3,6 bilhões no mesmo período de seis anos (PENNA FILHO, 2004, p. 38). O autor também apresenta as cinco categorias de missões de paz que a ONU promove<sup>4</sup>, salientando que apenas as duas primeiras (*peacemaking* e *peacekeeping*) são efetivamente praticadas, o que gera fracasso por boa parte das operações. Aliado a esse fator, a alta complexidade de alguns dos conflitos encontrados no continente também fez com que os resultados fugissem do esperado.

Dessa maneira, a África teve que, mais uma vez, buscar soluções internas para seus problemas. Complementares às iniciativas de promoção da paz organizadas pelas Nações Unidas, os países passaram a buscar medidas de segurança coletivas, algumas das quais propostas pela Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (ECOWAS) e pela Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC) (FERREIRA; MIGON, 2016, p. 100). De acordo com os autores, “desde o final dos anos 1980, a África Ocidental foi fortemente abalada por conflitos no interior de alguns Estados da região que tiveram grande êxito em atrair e envolver terceiros países, dando a eles uma complexidade muito maior”.

Por essa razão, a omissão dos países desenvolvidos e de seus líderes, os líderes regionais africanos passaram a se dedicar à busca por soluções, demonstrando o interesse que o resto do mundo desenvolvido pareceu esquecer. Muito embora o desinteresse das grandes potências seja problemático, é necessário concordar com Penna Filho quando o autor afirma que

---

<sup>4</sup> *Peacemaking* (utilizam mediação e medidas diplomáticas); *peacekeeping* (utilizam militares, porém com ação limitada e visando o monitoramento do cessar-fogo), *peace-enforcing* (utilização de força militar para reprimir agressões e cessa hostilidades), *peace-building* (reconstrução da infraestrutura do país, bem como reabilitação de instituições democráticas), *protective engagement* (utilizam meios militares para garantir ambientes seguros para as operações humanitárias) ((PENNA FILHO, 2004, p. 38)

(...) a solução para a questão da violência inevitavelmente passa pelo compromisso das próprias lideranças africanas e das sociedades envolvidas em conflitos, que não podem ser alijadas do processo de construção da paz, mas também pela reformulação da política de prevenção de conflitos e de operações de paz estabelecidas no âmbito das Nações Unidas e pelas organizações regionais (PENNA FILHO, 2004, p. 39).

Devido a todos os problemas listados anteriormente, é retomado o regionalismo, em que esquemas regionais de segurança seriam criados a fim de tentar sufocar quaisquer possibilidades de novos golpes militares, diminuir os gastos com operações militares. No entanto, diversos problemas derivaram da ideia, ligados desde a operacionalização das missões até a sua legitimidade em meio aos conflitos.

A lógica política de tais intervenções está, pois, estreitamente associada à busca de estabilidade política regional, num contexto em que os regimes de uma determinada região podem sofrer as consequências das ações verificadas num único país. Tais desdobramentos são potencialmente agravados no continente africano pela fluidez das fronteiras artificiais traçadas entre a maior parte dos Estados do continente, e nas quais há intenso intercâmbio humano, com grupos étnicos afins vivendo, ao mesmo tempo, em dois ou mais Estados (PENNA FILHO, 2004, p. 40).

Por esses motivos, os países africanos passaram a ver o bilateralismo e o multilateralismo como opções mais viáveis para aperfeiçoar a agenda de segurança africana (FERREIRA; MIGON, 2016, p. 101-102). Nesse contexto, a atuação brasileira se intensificou, à medida que uma brecha foi aberta e o país “soube aproveitar, nos planos bi e multilaterais, e intervir na agenda de segurança do continente que constituía parte de seu entorno estratégico, a África” (FERREIRA; MIGON, 2016, p. 102).

No que diz respeito às atividades brasileiras em solo africano, elas ocorrem desde os anos 60, como já foi apontado. Seja através de mecanismos como a ZOPACAS, seja através do envio de tropas para atuarem em países africanos, a parceria entre Brasil e África vem de longa data. Nos anos 1990, a colaboração brasileira ganhou fôlego. Ferreira e Migon apresentam que, além do empréstimo de militares para atuarem em missões como a UNAVEM III, na Angola, e a UNOMOZ, em Moçambique, no final dos anos 80 o país passou a colocar à disposição da ONU tanto militares, quanto civis e policiais (2016, p. 103).

Os anos 90 marcaram a participação do Brasil em iniciativas das Nações Unidas, com um aumento gradual, mas expressivo, do número de tropas à disposição, bem como o tamanho expressivo do contingente enviado a países como Angola. Segundo Rocha e Góes (2010), três aspectos se destacam na atuação brasileira em tais missões, sendo eles: i) atenção

especial à cooperação para o desenvolvimento; ii) análise de fatores como questões regionais e laços culturais, bem como a possibilidade de se envolver diplomacia em grupo; iii) quando a decisão de participar de uma missão é tomada, ao invés de ajuda financeira, a preferência sempre seria dada a contribuições em forma de material ou pessoal (ROCHA; GÓES, 2010, p. 63). Tais afirmações explicam a relação entre o posicionamento brasileiro e sua coerência com as metas da política externa do Brasil em sua condição de buscar melhor posicionamento perante outros países.

Por fim, é importante apresentar que a relação Brasil-África também se dá através de acordos de cooperação para defesa. Somente entre 2003 e 2013, nove acordos foram assinados, a saber: Angola (2010), Guiné Equatorial (2010), Guiné-Bissau (2006), Moçambique (2009), Namíbia (2009), Nigéria (2010), São Tomé e Príncipe (2010), Senegal (2010), e África do Sul (2003), como elencado por Ferreira e Migon (2016, p. 104). Em face da temática da presente pesquisa, se faz importante salientar os acordos feitos com África do Sul (2003) e Angola (2010), os quais tiveram enfoques de parceria naval e intercâmbio acadêmico, respectivamente, entre os países. Tais parcerias serão aprofundadas no capítulo a seguir.

## 4. ANÁLISES DE CASO

Inúmeros laços ligam o Brasil aos países africanos, em especial àqueles localizados na costa do continente. Tais vínculos são antigos, datando de séculos atrás, e, com o desenvolver da primeira década do século XXI, passaram a ser revestidos de maior intensidade e articulação. A promoção de uma política externa diferenciada, com novos valores e metas atualizadas, uniu-se à política externa de defesa, prezando pela proteção aos recursos marítimos.

Por se tratarem de países situados em uma região que representava um foco de interesse brasileiro ao mesmo tempo em que também simbolizavam serem Estados com importante atuação na balança de poder regional, África do Sul e Angola foram parcerias relevantes no escopo da cooperação internacional brasileira. Por tal motivo, neste capítulo serão mais bem analisadas as relações Brasil-África do Sul e Brasil-Angola, apresentando a maneira como as mesmas se desenvolveram e descrevendo os principais projetos desenvolvidos entre 2003 e 2014.

### 4.1 ÁFRICA DO SUL

A África do Sul é um país localizado no extremo sul do continente africano, cujas fronteiras são Namíbia a noroeste; Botswana e Zimbábue a norte; e Moçambique e Suazilândia a nordeste. Além destes países, também faz fronteira com o Reino de Lesoto, o qual está situado dentro de seu território, e dois oceanos, sendo banhado pelo Oceano Atlântico a oeste e pelo Oceano Índico a leste. A população sul-africana conta com aproximadamente 55 milhões de habitantes (CIA, 2018) e, segundo informações disponibilizadas pela Embaixada e Consulado Geral da República da África do Sul no Brasil, é conhecida como “nação arco-íris” devido à diversidade de raças que a compõe: brancos (comunidade de europeus, principalmente holandeses e ingleses) - 12%; coloridos<sup>5</sup> (mestiços) - 8,5%, asiáticos (chineses, indianos) - 2,5%; negros (grupos étnicos: Zulu, Sotho, Tswana, Xhosa, Tsonga, Swazi, Venda, Ndebele) - 77% (ÁFRICA DO SUL, 2019).

Contando com uma extensão territorial de 1 220 813 km<sup>2</sup> divididos em nove províncias, o país possui quatro capitais: Pretória (capital administrativa); Cidade do Cabo (capital legislativa); Bloemfontein (capital judicial) e o Tribunal Constitucional, que está localizado

---

<sup>5</sup> Termo utilizado no país, inclusive no Censo Nacional, para pessoas cuja ascendência é mista (CIA, 2018).



em Joanesburgo (ÁFRICA DO SUL, 2017). No que tange à sua economia, no ano de 2017 o país teve suas exportações sendo lideradas por ouro, diamantes e outros metais preciosos, os quais corresponderam por aproximadamente 34% dos produtos que saem do país, sendo seguidos por produtos minerais (19%) e metais comuns (11%) (OEC, 2017).

**Mapa 2 – Mapa político da África do Sul**



**Fonte:** <https://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/southafr.pdf>

Segundo Dopcke (1998), a partir de 1989, o subcontinente sul-africano passou por diversas mudanças políticas, o que possibilitou que a região pudesse ser considerada uma zona de paz entre os Estados, visto que, à exceção da guerra civil angolana, “todas as principais ameaças à segurança regional haviam sido eliminadas” (DOPCKE, 1998, p. 133). No mesmo período, principalmente a partir de 1990, a África do Sul começou a redefinir sua política externa para os vizinhos, deixando de lado procedimentos como a desestabilização que gerava nos países próximos e as guerras não declaradas contra os mesmos, atitudes que marcaram a *Total National Strategy*<sup>6</sup> dos anos 1980. Segundo Visentini e Pereira (2010, p.

<sup>6</sup> Segundo apresentado por Anselmo Otavio (2015), *Total National Strategy* é o nome dado à estratégia desenvolvida durante a administração Botha (1978- 1989), que consistia na promoção de desestabilização da região sul do continente africano, a fim de garantir um cenário que garantisse a manutenção do regime do apartheid (OTAVIO, 2015, p. 662).

65), o processo de derrubada do Apartheid, que se iniciou durante o governo de De Klerk (1989-1994), passando pela libertação de Nelson Mandela e chegando à sua eleição em 1994, contribuiu fortemente para essa nova fase sul-africana. No entanto, desde o começo da década o país passava por reordenamentos internos.

A partir de 1990, a própria África do Sul realizou um processo de reformas internas, chegando a extinguir o regime do Apartheid, acompanhado por um profundo realinhamento da inserção regional e mundial do país. Já em 1993, foram eliminadas quase todas as sanções contra o antigo paria da comunidade internacional (DOPCKE, 1998, p. 133).

Nesse contexto de reorganização e reabertura para outros países, iniciado em 1990 e intensificado a partir de 1994, quando o país deixou de estar congelado no sistema internacional, o Brasil, juntamente com outros países, entrou novamente na pauta de cooperação sul-africana. Durante a gestão De Klerk, a África do Sul “obteve a recuperação da credibilidade internacional do governo e a recomposição das relações externas do país” (PEREIRA, 2010, p. 58). Dessa maneira, pode voltar a buscar parcerias de cooperação com vizinhos, potências ocidentais como Japão, Irã e Israel, ao mesmo tempo em que se voltou, também, para a América Latina, reestabelecendo relações com Brasil, Argentina e Chile. Como apontado por Pereira, havia uma nova projeção internacional sendo moldada (2010, p. 58).

No que tange às relações entre Brasil e África do Sul, Visentini e Pereira analisam que ambos os países passaram por processos parecidos em épocas semelhantes, visto que o Brasil, em 1989, finalizava a transição do período ditatorial para a democracia, enquanto a África do Sul, até 1994, saía de seu isolamento e, como já descrito anteriormente, se reorganizava internamente. Da mesma maneira, ambos passaram a prezar pelas relações regionais, buscando parcerias dentro do escopo da Cooperação Sul-Sul. Tais fatos são apontados como características que, por sua semelhança, favoreceram a união dos países à época. Além destes, outros fatores como soberania, independência e integridade regional também podem ser listados como fundamentais no processo (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 85).

Por haverem tantas similaridades, ficam claros os motivos que levaram à aproximação e às parcerias que o estreitamento de relações trouxe. No que diz respeito às políticas de defesa da África do Sul, retornando ao período do final do Apartheid e ao governo De Klerk, duas atitudes são consideradas fundamentais para marcar a mudança de política externa e de posicionamento acerca da política de segurança do país: o fim do programa nuclear e a

destruição de armas nucleares (ROSSO et al., 2015, p. 12). Mudanças também foram elaboradas no escopo do Departamento de Defesa Sul-africano e da Força de Defesa Nacional Sul-africana (SANDF), a fim de torná-los mais coerentes com a nova atuação do país através do rompimento com quaisquer vínculos que ainda existissem com o Apartheid e as políticas agressivas praticadas àquela época.

Atuando em conjunto com as mudanças citadas, a criação do Livro Branco da Defesa Nacional da República da África do Sul, entre 1994 e 1996, teve papel fundamental, visto que deixou explícitos os novos parâmetros que a política de defesa do país teria. Em linhas gerais, o documento tinha como objetivo alinhar o tópico de segurança e defesa à nova democracia que se erguia, descrevendo a estratégia nacional de defesa sul-africana. De acordo com Le Roux (2005), tal estratégia tinha uma hierarquia de ações, sendo elas: cooperação política, econômica e militar com outros Estados; prevenção, gestão e resolução de conflitos através de meios não violentos; e o uso ou ameaça da força como uma medida de último recurso (LE ROUX, 2005, p. 256). Ademais, o Livro Branco ressalta que a hierarquia para a defesa da África do Sul segue a seguinte linha: i) prevenção de conflitos e guerras; ii) contenção de conflitos e guerras; iii) emprego de força militar como a última opção (WHITE PAPER ON NATIONAL DEFENCE FOR THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 1996).

Em síntese, o Livro Branco Sul-africano reforça que a nova política de defesa do país estava pautada na prevenção de conflitos, bem como também estimulava a atuação em organismos multilaterais com iniciativas de cooperação entre os países. Foi nesse contexto, em meio às readequações que o país implementava, que a África do Sul começou a participar de organizações internacionais como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a qual tinha um setor exclusivo para assuntos de segurança e defesa, o Órgão para Cooperação em Política, Defesa e Segurança (OPDS) (ROSSO et al., 2015, p. 15). Segundo apresentado por Schutz (2014), o OPDS foi criado como uma estrutura independente da SADC, atuando como uma instância independente a fim de facilitar a tomada de decisão em duas instâncias sem divisões hierárquicas entre si (SCHUTZ, 2014, p. 104).

Em consonância com as medidas sul-africanas, por parte do governo brasileiro foi possível perceber que diretrizes promovidas devido à relevância que assuntos ligados à segurança e defesa também passaram a surgir com maior força. A aprovação da Política Nacional de Defesa (PND), em 2005, por exemplo, foi responsável por incorporar uma concepção mais ampla de segurança, trazendo para junto de si outros campos correlatos, como

econômico, militar, político e social, sem, no entanto, retirar a função maior das forças armadas, que é a defesa externa do país (AGUILAR, 2013, p. 53).

Outro ponto importante que a PND definiu foi a participação brasileira em missões de paz das Nações Unidas, algo que já ocorria desde o final dos anos 1980 e foi confirmado com tal medida, passando a ter maior respaldo por parte do governo. Ao mesmo tempo, a Estratégia Nacional de Defesa (2008) foi outro mecanismo brasileiro que possibilitou uma maior facilidade em promover acordos de cooperação com países africanos, visto que foi mais uma medida a ir ao encontro da tendência que se desenvolvia há mais de uma década.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) apresentou que uma das preocupações mais agudas de defesa está no Atlântico Sul. A identificação e a análise dos principais aspectos positivos e das vulnerabilidades levaram a END a determinar uma articulação das forças armadas capaz de levar em consideração as exigências de cada ambiente operacional, em especial o amazônico e o do Atlântico Sul (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 27).

A nova diplomacia da África do Sul no período possibilitou a abertura para novas políticas regionais e globais. Ao mesmo tempo em que relações com países africanos eram reestabelecidas, o retorno ao contato com países sul-americanos também trouxe novas perspectivas. A exemplo disso, como elencado por Visentini e Pereira, o estabelecimento da ZOPACAS, por iniciativa brasileira auxiliou na criação de possibilidades de cooperação entre a região sul-africana e os países sul americanos, fato que “recriou uma margem de manobra internacional” (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 66-67). Além disso, os autores apontam que

A África do Sul que emerge do regime segregacionista passa por uma guinada radical no rumo de sua política externa. Transformada em Estado democrático, economia emergente e líder do Renascimento Africano, o país passa a se apoiar na cooperação regional e no diálogo desenvolvimentista Sul-Sul para buscar sua reintegração na comunidade internacional (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 80).

A entrada da África do Sul ocorreu em 1993, durante a 3ª Reunião da ZOPACAS, em Brasília, e teve impacto imediato nas políticas do país. Vindos do contexto de pós-Guerra Fria, foi durante esta reunião que os Estados-membros se comprometeram a coibir, em seus territórios e águas jurisdicionais, o teste, uso, produção, aquisição, transferência, instalação ou armazenamento de armas nucleares, bem como empenharam-se em desestimular atividades semelhantes no perímetro do Atlântico Sul (MRE, 1994). Como já citado, o papel que a criação da ZOPACAS teve no final do século XX e as possibilidades que abriu foram muito relevantes para o país.

Embora ao longo da década de 1990 as reuniões tenham mantido seu foco apenas na organização interna da iniciativa, sua estruturação e a elaboração da atuação que ela teria, tal situação não impediu que projetos de cooperação já passassem a ser praticados para efetivar a aproximação entre as costas do Atlântico. Como apresentado por Aguilar (2010), em 1993, Argentina e África do Sul criaram o Atlasur, exército voltado para ações antiaéreas e anti-submarinas, bem como pra atuar em guerras eletrônicas, sendo que, em 1995, Brasil e Uruguai foram convidados pelo governo argentino a participar do exercício (2010, p. 299).

Desde o início do século XXI, as mudanças de comportamento em relação às parcerias Brasil-África do Sul voltaram ao centro da discussão. À medida que eram seguidos os padrões de cooperação estabelecidos no pós-Guerra Fria entre os dois países, as discussões se focaram na região do Atlântico Sul, possibilitando que a aproximação abrangesse os campos diplomático e militar. A existência de documentos brasileiros que definiam a atuação do país no âmbito de defesa e segurança fez com que outros recursos, que também tinham tal fim, possibilitassem que a atuação do país na África do Sul fosse mais bem canalizada.

Em 2000, a criação da Comissão Mista de Cooperação Brasil-África do Sul passou a constituir uma nova oportunidade para os países avaliarem as iniciativas firmadas, bem como estabeleceram objetivos para parcerias futuras (MRE, 2013). Ademais, a possibilidade de se debater iniciativas desta temática em reuniões de organismos como a ZOPACAS e o IBAS também auxiliou na promoção de ações conjuntas. A partir de 2003, programas de cooperação de maior fôlego e notoriedade foram desenvolvidos, sendo eles: Acordo de Cooperação Técnica, em 2003; IBSAMAR (programa desenvolvido em parceria com outros países não-membros do IBAS), de 2005; Programa A-Darter, de 2006; e a Declaração de Parceria Estratégica, de 2010. Cada iniciativa será mais bem apresentada a seguir.

Devido ao hiato que as reuniões da Zona de Cooperação tiveram até meados de 2007, as interações no âmbito do IBAS se destacaram, tendo sido fundamentais na coordenação entre os dois países. Sendo assim, a parceria entre Brasil e a África do Sul rendeu diversos frutos ao longo dos anos. Um deles é o Acordo de Cooperação Técnica, promulgado em 2000, entre o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Nkosazana Zuma, e ratificado em 2003, durante a primeira gestão de Lula da Silva (CASA CIVIL, Decreto nº 4824, 2003). O acordo tinha como base o princípio da reciprocidade, visando encorajar e estimular o desenvolvimento social e

econômico dos países, bem como fortalecer os laços de amizade. Propunha que a cooperação se desse através de:

- a) reuniões de trabalho;
- b) programas de estágio e treinamento para aperfeiçoamento profissional;
- c) realização de seminários e conferências;
- d) prestação de serviços de consultoria;
- e) envio e recebimento de funcionários, técnicos, peritos e consultores;
- f) permuta de dados e informações nas áreas prioritárias entre as instituições indicadas pelas Partes;
- g) envio de equipamentos e materiais considerados indispensáveis à realização de programas setoriais e projetos acordados;
- h) envio de material bibliográfico, informações e documentação relacionada às áreas dos programas setoriais e projetos de cooperação em execução; e
- i) desenvolvimento de programas setoriais e projetos de cooperação técnica com terceiros países ou instituições (CASA CIVIL, Decreto nº 4824, 2003).

Através desses esforços, ambos os países estariam comprometidos com a busca por realizar os objetivos propostos no acordo. O decreto ainda deixava clara a possibilidade de serem convocadas reuniões entre representantes sul-africanos e a ABC, a fim de se debaterem assuntos relacionados aos procedimentos e mecanismos adotados, à definição de áreas prioritárias, bem como à avaliação dos resultados dos projetos (CASA CIVIL, Decreto nº 4824, 2003).

No âmbito do IBAS, em 2005, também foram iniciadas as operações conjuntas do projeto IBSAMAR (AGUILAR, 2013, p. 60), uma operação multinacional cooperada entre as marinhas da África do Sul, do Brasil e da Índia. As atividades ocorrem no litoral sul do continente a cada dois anos, tendo sua última edição acontecido em 2018. Tal operação tem como objetivo “estretar os laços de amizade entre as três marinhas, possibilitar a interoperabilidade e adestrar as tripulações em exercícios de considerável nível de complexidade” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018).

Como consequência dos Acordos de Cooperação Técnica (2003) e de Cooperação em Assuntos de Defesa (2003), foi firmado, em 2006, mais um projeto de cooperação entre Brasil e África do Sul, podendo ser interpretado como um dos mais relevantes, dada sua durabilidade e o desenvolvimento que gerou. O Programa A-Darter uniu as forças armadas dos países, no qual ambas comprometeram-se a trabalhar em conjunto no desenvolvimento de um projeto de míssil (ROSSO et al., 2015). Tal projeto existe desde o período da Guerra Fria, cujos estudos iniciais foram realizados somente pela África do Sul, porém, devido ao contexto

da época e os embargos que o país sofria, seu desenvolvimento não foi possível. Como apresentado pelos autores,

Após terem sido estabelecidas as bases jurídicas por meio dos acordos de Cooperação Técnica e de Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, em 2006, a Força Aérea Brasileira (FAB) e a agência do governo sul-africano ARMSCOR (Corporação de Armamentos da África do Sul) (ARMSCOR) firmaram uma parceria para viabilizar, financeira e tecnologicamente, a real criação do míssil (ROSSO et al., 2015, p. 23)

Na África do Sul, a cooperação militar abarca, além da instrução militar e de exercícios navais conjuntos, a dimensão tecnológica, sendo um dos temas mais destacados desse acordo bilateral a construção de um sistema de segurança para monitorar e controlar o Atlântico Sul. O sistema teria como fim impossibilitar quaisquer atividades que ameacem ou possam trazer riscos a qualquer país da região, além do protótipo A-Darter, que era um dos mais significativos projetos mantidos no exterior pela Força Aérea Brasileira. Como é explicado pelos autores,

O projeto do míssil A-Darter é fruto da parceria aeroespacial entre os dois países (...). As principais companhias envolvidas no projeto são as empresas privadas brasileiras Mectron, Avibras, Atech e Opto Eletrônica; e a sul-africana Denel Dynamics, pertencente a Denel Ltda., que cria e fabrica armamentos vendidos ao governo da África do Sul. Essa indústria de defesa estabeleceu uma fábrica no Brasil (Denel do Brasil), estreitando as relações comerciais e fortalecendo os acordos de cooperação estabelecidos entre os dois países (GOLDONI, CIRIBELLI, 2016, p.210).

Os benefícios do programa bilateral em questão vão além da ampliação das capacidades militares dos dois países. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, há um aumento nas possibilidades tanto da África do Sul quanto do Brasil de melhorarem suas balanças comerciais, já que, como fruto deste empreendimento, podem ser ampliadas as exportações de produtos de origem industrial, com maior valor agregado e maiores atrativos aos olhos dos outros países (ROSSO et al, 2015, p. 24).

Por fim, também pode-se concluir, a respeito do programa, que a movimentação bilateral entre Brasil e África do Sul para produção do míssil A-Darter seria um avanço significativo nas iniciativas de cooperação sul-sul. De acordo com os autores Rosso et al., “esse cenário, tais países passam a superar, em certa medida, a dependência de tecnologias obsoletas da área de defesa comercializadas pelos países centrais, encontrando-se como parceiros ideais em tal modalidade de cooperação” (2015, p. 24).

É notório que um aumento nas interações diplomáticas e militares no âmbito do IBAS ocorreu a partir de 2005, quando houve um alinhamento das políticas de ambos os países em torno da cooperação Sul-Sul, buscando atingir maior autonomia e proeminência internacional. A Declaração de Parceria Estratégica Brasil-África do Sul, assinada durante a visita de Estado do Presidente Lula à África do Sul, em junho de 2010, serviu para coroar o processo de aproximação entre os dois países, levando as relações a um novo patamar de excelência (VIZENTINI, 2011). A respeito da cooperação no âmbito de iniciativas multilaterais, concorda-se com Pereira (2013), que afirma:

Com a ascensão de Lula, mas já no final do Mbeki governo, Brasil e África do Sul aumentaram suas forças diplomáticas e militares interação no quadro do IBAS. Incorporado na percepção positiva sobre Cooperação Sul-Sul como forma de alcançar maior autonomia política e proeminência internacional, as políticas de ambos os países convergiram, encontrando BRICS e IBAS o caminho para intensificar e melhorar as relações. Com ênfase diferente, os dois mecanismos internacionais cobrem objetivos diferentes, mas igualmente importante para a política externa de ambos os países. Enquanto o BRICS dá mais importância à reforma da governança global e do sistema financeiro. IBAS, além da ideia de contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional, também busca aprofundar o conhecimento mútuo em áreas (...) (PEREIRA, 2013, p. 40, tradução nossa).<sup>7</sup>

Dessa forma, pode-se afirmar que as iniciativas aqui apresentadas tiveram importância internamente para os países, visto que aumentaram suas possibilidades de desenvolvimento militar e comercial, ao mesmo passo em que tiveram importante papel internacionalmente, aumentando sua atuação no sistema internacional, sobretudo no âmbito da cooperação técnica bilateral. Projetos como o A-Darter e o IBSAMAR, que tiveram o caminho para sua elaboração pavimentado pelos diversos acordos de cooperação técnica firmados entre os governos do Brasil e da África do Sul, trouxeram e ainda trazem oportunidades de avanços tecnológicos, bem como visam manter os laços já estabelecidos entre os Estados.

---

<sup>7</sup> Texto original: “With the ascension of Lula, but already in the end of the Mbeki government, Brazil and South Africa increased their diplomatic and military interaction in the IBSA frame. Embedded in the positive perception concerning South-South Cooperation as a way to reach bigger political autonomy and international prominence, the politics of both countries converged, finding in BRICS and IBSA the path to intensify and improve the relations. With different emphasis, the two international mechanisms cover different objectives, but equally important for the foreign policy of both countries. While BRICS gives more importance to the reform of global governance and the financial system, IBSA, besides the idea of contributing for the construction of a new international architecture, also seeks to deep the mutual knowledge in specific areas” (PEREIRA, 2013, p. 40).





De acordo com José (2011), desde sua independência, em 1975, a Angola viveu uma das guerras civis mais longas do planeta, durando 27 anos e se estendendo até 2002 (2011, p. 102). Entretanto, mesmo envolvida em um contexto de crise interna, o país conseguiu se inserir no sistema africano, tornando-se o centro da geopolítica do continente, mantendo-se assim até o final dos anos 1980, quando perdeu parte de sua relevância internacional, embora se mantivesse como um dos atores mais relevantes da região, principalmente no que tange à política de segurança (CASTELLANO, 2017).

Ainda em 1975, no mês de novembro, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Levado em conta os diversos e profundos laços históricos, culturais e linguísticos que unem os dois países, procura-se, hoje, “conferir novo significado às relações bilaterais, promovendo sua renovação e progresso em diversas frentes” (MRE, 2019). No que tange às relações comerciais, até 2014, o Brasil exportou mais para Angola do que para a África do Sul, Portugal e Noruega, dentre outros parceiros tradicionais.

Sendo uma parceira estratégica do Brasil, o país tem demonstrado modernizações em suas instituições e leis, na busca por implementar medidas que visem de seu desenvolvimento social e econômico. “Tal conjuntura favorável acena com oportunidades acrescidas para uma relação redinamizada com o Brasil, assentada sobre os valores da democracia, da transparência, da liberdade, da desburocratização e do incentivo à livre iniciativa” (MRE, 2019).

A política externa angolana, logo após a proclamação de sua independência em 1975, procurou colocar sob sua influência direta as capacidades nacionais que garantiam a sua legitimação internacional (BEMBE, 2016, p.36). Dessa maneira, prezava pela unidade política aliada a fatores como localização geográfica e história a fim de definir o interesse nacional. Segundo Bembe, “parte-se de uma predefinição do interesse nacional permanente em termos teórico-históricos de realismo político, com destaque para questões de segurança” (2016, p.37). Ao se desenhar a política externa de Angola logo após seu surgimento como Estado, concorda-se com José quando o autor aponta que o país teve o seu reconhecimento pela comunidade internacional como manifestação de vontade dos demais países de estabelecer relações políticas e econômicas com a nação recém-emancipada (JOSÉ, 2009).

Assim, Angola teve que preparar a sua política externa para relacionar-se com outros Estados. Essa política externa não é senão a continuação da sua política interna, visando consolidar a ordem social existente no próprio Estado através da fixação de suas disposições na ordem jurídica internacional e defender na arena internacional os interesses do Estado angolano (JOSÉ, 2009).

Com o final da Guerra Fria, as novas perspectivas apontavam que o país deveria ter uma abertura de mercado, buscando adaptar-se aos novos fluxos comerciais e financeiros que a globalização trouxera. Da mesma forma, a importância da criação de uma política regional angolana também se acentuou. De acordo com José, esta política decorreu da necessidade de se recriar um equilíbrio nas relações com o ocidente (2009, s/p.). A atuação de Angola passou a se dar em duas frentes: através de relações bilaterais, como as mantidas com o Brasil, por exemplo; e por agrupamentos regionais, tanto dentro do continente africano quando entre continentes, como com a América do Sul.

Embora tenha se inserido no sistema internacional em um contexto de desorganização interna, o país soube se posicionar em momentos importantes para a cooperação regional, tendo papel relevante em processos de integração como, por exemplo, a revitalização da ZOPACAS. Após a África do Sul, em 1976, propor ao Brasil a criação de um Tratado, a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), que viria a aproximar os dois países, foi sugerida a criação da ZOPACAS, que evitaria a predominância regional sul-africana (JOSÉ, 2009).

O lançamento da iniciativa, em si, já poderia sinalizar uma chance de Angola suprir sua necessidade do país de garantir a estabilidade política (PENHA, 2010, p.14), em face de que nenhum país tem condições de agir sozinho perante o sistema, ao mesmo tempo em que uma coordenação política à maneira da introduzida pela ZOPACAS traria maior barganha internacional, garantindo espaço a todos os envolvidos (JOSÉ, 2011, p. 239).

Como descreve José (2011), uma das molas propulsoras da criação da Zona de Paz e Cooperação foi a situação de Angola. Em visita ao país, o presidente José Sarney demonstrou preocupação com a demasiada interferência de superpotências no conflito angolano, comprometendo-se com a necessidade de ser assegurada, no perímetro do Atlântico Sul, a presença brasileira a fim de angariar meios de transformar a região em zona de paz para os países próximos (2011, p.237).

O fórum da Zona de Paz e Cooperação permaneceu em hiato entre os anos de 1998 e 2007, quando foi revitalizado. Neste processo, o governo angolano teve papel fundamental. Como descrito por José, o país propôs a “iniciativa de Luanda”, plano que seria uma rota do processo de preparação para a VI Reunião Ministerial, realizada em Luanda, em 2007, quando o país assumiu a presidência do organismo (JOSÉ, 2011, p. 242). Foi durante este encontro que se aprovou o plano de ação conjunta dos países-membros, que se manteria em vigor até a

próxima reunião, garantindo a atuação da entidade e a participação dos membros. Em discurso, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Miranda, defendeu que a entidade deveria ser revitalizada a fim de se conciliar o conceito geográfico da região do Atlântico Sul ao conceito geoestratégico (JOSÉ, 2011, p. 242).

A participação de Angola foi fundamental na manutenção da ZOPACAS, ao mesmo tempo em que a Zona imprimiu o marco mais claro de esforços feitos para que a paz fosse alcançada no país. Da mesma maneira, também é um meio de fortalecimento das relações entre os países que a compõe. Assim,

A ZOPACAS atende aos interesses do Brasil e de Angola no sentido de ampliar o espaço de cooperação econômica e comercial, propiciando a formação de mais uma zona de livre comércio, a cooperação nas áreas técnico-científica e iniciativas de caráter político-diplomático sobre proteção ambiental – objetivos alcançados sem a presença de armas de destruição em massa (JOSÉ, 2011, p. 246).

Na área de defesa e segurança, eram amplos os esforços entre Brasil e países africanos para que parcerias fossem firmadas, acordos fossem assinados e uma cooperação proveitosa para ambos ocorresse. No caso da Angola, a colaboração também ocorreu efetivamente através de participação brasileira em missões de paz das Nações Unidas. Uma das missões mais relevantes, com engajamento mais notório do exército brasileiro, é a UNAVEM (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), dividida em três operações subsequentes.

Devido à guerra civil que o país enfrentou até 2002, durante os anos 1990 diversas missões de paz da ONU foram enviadas a Angola, sendo que a primeira colaboração brasileira ocorreu ainda na primeira missão, a UNAVEM I, em 1988, quando o país enviou oito observadores militares para a missão (EXÉRCITO BRASILEIRO, s/d). A UNAVEM II foi estabelecida em 1991 e tinha como objetivo verificar se o acordo firmado entre o governo nacional e a União Nacional para a Independência Total (UNITA), um dos partidos de maior influência no país, estava sendo seguido. Além de monitorar o cessar-fogo, a missão também deveria fiscalizar as eleições no país. Nesse caso, a participação brasileira aumentou, tendo sido enviados oito observadores militares, nove observadores policiais e uma unidade médica (EXÉRCITO BRASILEIRO, s/d).

Por fim, entre 1995 e 1997, a UNAVEM III desenvolveu com o propósito de reestabelecer a paz e a conciliação nacional angolanas. Tinha como base o Protocolo de

Lusaka<sup>8</sup>, os Acordos de Paz para Angola e resoluções do Conselho de Segurança. Para esta missão, o auxílio brasileiro recebeu um grande acréscimo.

De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 oficiais de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e aproximadamente 40 oficiais do Estado-Maior para a UNAVEM III. Durante todo o período da missão, o Brasil também contribuiu com uma média de 14 observadores militares e 11 observadores policiais (EXÉRCITO BRASILEIRO, s/d).

Nesse período, o Brasil foi considerado o maior colaborador em missões de paz das Nações Unidas, considerando que a operação em questão era a maior em andamento àquela época. Além disso, a participação brasileira também fez com que o país ocupasse, em 1996, o lugar de quarto maior contribuinte de tropas em missões de paz da ONU (EXÉRCITO BRASILEIRO, s/d).

Já no século XXI, no ano de 2010, uma das áreas da parceria estratégica firmada com Angola foi a de segurança pública e defesa. Segundo Aguilar (2013), “as diretrizes, nesse domínio, apresentaram o estímulo à cooperação entre os ministérios da defesa e os órgãos de segurança pública e a manutenção de consultas regulares” (AGUILAR, 2013, p.59). Em tais diretrizes estavam incluídas as iniciativas da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

Como descrito pelo autor, no campo da cooperação técnica, científica e tecnológica, a parceria abrangeu atividades para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas nas áreas da indústria naval, segurança pública e defesa. Em complemento, foi estabelecida uma Comissão Bilateral de Alto Nível para “coordenar, acompanhar, avaliar, orientar e assegurar a implementação da parceria” (MRE, 2010).

Ainda em 2010, dois documentos essenciais para o desenvolvimento da cooperação Brasil-Angola foram assinados: a Declaração de Parceria Estratégica e o Acordo de Cooperação de Defesa. O primeiro deu novas dimensões às parcerias bilaterais, delimitando áreas de interesses em comum e as prioridades em cooperação técnica, política e econômica. No entanto, as bases para essa Declaração remontam a décadas atrás:

---

<sup>8</sup> O Protocolo de Lusaka, assinado em 1994, tinha como objetivo principal estabelecer o cessar-fogo da Guerra Civil Angolana, integrando participantes da UNITA ao governo, desmobilizando e desmilitarizando o conflito através da atuação da ONU. Estabelecia um mandato das Nações Unidas, o papel dos soldados na supervisão dos trabalhos do processo eleitoral, além de buscar uma conciliação nacional (HUMAN RIGHTS WATCH, 1999, p.36).

O Programa de Cooperação Brasil – Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolveu, nos últimos 18 anos, um total de 67 iniciativas com Angola. Ao longo desse período, a cooperação técnica abrangeu áreas diversas como formação profissional, educação, inclusão digital, gestão pública, agricultura, segurança alimentar, saúde e defesa (VIANA, 2017, p. 5).

O segundo documento encarregou-se de criar bases para a regularização da cooperação militar entre Brasil e Angola. Responsável pelo crescimento dos vínculos já existentes entre os países, o acordo abrangia áreas complementares dentro do escopo do plano de ação desenvolvido no Acordo, tais como política de defesa, ensino, pesquisa, missões de paz, entre outros.

(...) a vontade comum dos dois Estados de facilitar e encorajar a cooperação bilateral nos domínios do ensino superior e da formação de quadros, além de reconhecer a importância da cooperação bilateral no domínio do ensino superior para a qualificação dos recursos humanos e para o reforço da capacidade científica e tecnológica das Partes, com base nos princípios da igualdade e independência soberana (VIANA, 2017, p. 2).

O Acordo de Cooperação de 2010 foi responsável por possibilitar intercâmbio acadêmico entre os países. De acordo com seus artigos, as partes constituintes do projeto montariam um Grupo de Trabalho, encarregado de identificar e propor programas específicos para as áreas de interesses para cooperação, havendo troca de informações e intercâmbios de delegações. As delegações seriam integradas por técnicos, especialistas, professores e estudantes (VIANA, 2017, p. 3). Sabe-se, dessa maneira, que o setor de defesa era um dos alicerces das Parcerias Estratégicas entre Brasil e Angola, sendo que as cooperações na área ocorrem de maneira mais intensa no âmbito de ensino e pesquisa militar.

De modo geral, a cooperação técnica brasileira é vista com bons olhos pelas autoridades angolanas, na medida em que preza pelo “desenvolvimento de capacidades locais e o compartilhamento de conhecimentos e experiências para a formulação de políticas e projetos nacionais em Angola” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019). Dentro desta, a cooperação educacional é uma constante nas relações entre os países, sendo a Angola um dos principais beneficiados pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação em instituições de ensino superior brasileiras.

Na área da defesa, assuntos ligados à extração e comercialização de petróleo também são pertinentes, principalmente ao se analisar que tanto Brasil quanto Angola detêm

importantes reservas do produto. No caso brasileiro, a descoberta de grandes reserva no Pré-Sal despertou ainda mais o interesse internacional no país, visto que estudos indicavam o potencial de produção de até 55 bilhões de barris, cuja produção seria oriunda dos recém-descobertos campos. Aliada a isso, havia ainda a já existente produção provinda de exploração *offshore*<sup>9</sup> (COSTA, 2012, p.16). De acordo com o autor,

(...) o elemento de maior significado geopolítico do Atlântico Sul é o fato de que nas suas duas bordas continentais estão localizadas as jazidas de petróleo e gás consideradas pelos especialistas como das mais promissoras do mundo. A região responde hoje por cerca de 20% da produção mundial de petróleo (COSTA, 2012, p.16).

Já em Angola, um dos maiores produtores de petróleo do continente africano, o assunto tem ainda mais relevância na pauta do governo. Depois da descoberta de bacias de petróleo no país, em 1950, os níveis tiveram um aumento notório entre as décadas de 1960 e 1990. No início dos anos 2000, a exploração em águas profundas elevou ainda mais a produção petrolífera; no entanto, a mesma se manteve estagnada, não tendo outras descobertas ou crescimentos significativos ao longo dos anos (FMI, 2018, p.5). Em Angola, o setor petrolífero é controlado pela empresa estatal Sonangol, uma das maiores do país.

Nos anos de 2014 e 2015, o país enfrentou desafios provenientes da diminuição de investimentos aliada ao colapso dos preços internacionais do produto. Segundo o Relatório do FMI, “entre os fatores estruturais destacam-se o declínio natural dos campos petrolíferos, não compensado pela entrada em produção de novos poços de petróleo, anos de baixo investimento no setor e problemas de coordenação entre os participantes do sector e a Sonangol” (FMI, 2018, p.6). Por ser altamente dependente do comércio de petróleo e outros recursos naturais, o país sofreu com os impactos que o colapso causou.

Nesse ponto, é necessário apontar que a parceria comercial entre Brasil e Angola se manteve. A crise provocada pela queda dos preços do petróleo fez com que a corrente de comércio se retraísse. No entanto, o Brasil continuou exportando mais para Angola do que para países como Austrália e Israel (MRE, 2019). Embora esta relação não caracterize propriamente um movimento de cooperação técnica, a mesma pode ser encaixada no âmbito

---

<sup>9</sup> O termo *offshore*, no setor de petróleo, refere-se às operações de exploração e de produção efetivadas no mar; isto é, envolve as operações petrolíferas realizadas tanto ao largo da costa marítima quanto em alto mar (MORAIS, 2013, p. 12).

da Cooperação Sul-Sul, visto que tais parcerias comerciais foram priorizadas dentro do prisma de preferência por parceiros regionais e desenvolvimento de países da região sul do Globo.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil e o continente africano sempre desenvolveram diversas relações econômicas, políticas, culturais e sociais. As interações entre as duas costas do Oceano Atlântico podem ser divididas em fases, as quais foram delimitadas por aproximações e afastamentos. No período colonial, a principal atividade que ligava os dois lados do oceano era o comércio de escravos, que gerou grande fluxo entre as regiões. Tal prática se manteve até meados de 1822, quando a independência do Brasil fez com que o primeiro distanciamento mais evidente ocorresse, devido aos efeitos que o processo teve nas relações da mais nova república com sua antiga metrópole, Portugal. O afastamento se acentuou na metade do século XIX, quando a corrida imperialista no continente africano impediu que se desenhasse uma atuação mais efetiva do país no continente.

Uma nova aproximação entre Brasil e África voltou a ser praticada entre os anos 1930 e 1950, com o modelo do Estado desenvolvimentista, de Getúlio Vargas, e a política de substituição de importações, que colocou o continente africano de volta ao horizonte de possíveis parceiros comerciais. No período, a ambiguidade dos interesses brasileiros acabou por impedir que avanços maiores ocorressem, devido ao desejo de manter relações com a África ao mesmo tempo em que matinha contato com Portugal. Tal comportamento somente teve mudanças mais profundas no governo de Juscelino Kubitschek, quando a política exterior brasileira sofreu reparos no que se refere à África Negra, uma vez que o Brasil não havia dado atenção especial ao que estava ocorrendo naquele continente àquela época, focando apenas na solução dos problemas regionais sul-americanos.

A política externa africana passou a ser articulada, de fato, a partir de 1960, com o desenvolvimento da Política Externa Independente, que tinha caráter anticolonialista e pragmático, defendendo os interesses nacionais. Após os governos de Jânio Quadros e João Goulart e do desenvolvimento da Política Externa Independente, quando houve uma lenta reaproximação com a África, teve início o Regime Militar brasileiro, período no qual não se teve um bloco homogêneo de ações a níveis internacionais. Nessa época, era possível que se percebessem comportamentos mantidos da Política Externa Independente, principalmente em relação a outros Estados terceiro-mundistas, como os do continente africano.

A partir da década de 1970, com seus anos iniciais marcados pelo governo de Médici, foi dado um caráter mais consolidado às ações tomadas pelo Brasil em relação ao continente africano, prezando uma inserção diferente do Brasil no sistema internacional, atuando como peça importante econômica e geopoliticamente. Em 1974, já no governo Geisel, foi desenvolvida a política externa responsável pelo apogeu das relações africanas e brasileiras durante o período militar, através do pragmatismo responsável e ecumênico, quando o governo brasileiro se posicionou de maneira mais assertiva acerca das independências que ocorriam em solo africano. Tal política externa se manteve até o final dos anos 1990, quando os debates acerca da participação brasileira em fóruns de cooperação internacional aumentaram.

Ao longo da década de 1990, a prioridade eram blocos e parcerias regionais, o que, a primeira análise, pode ter significado um afastamento em relação ao continente africano. No entanto, foi nesse período que foi criada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), importante mecanismo para o estabelecimento de parcerias para cooperação entre Brasil e África. Da mesma maneira, no início do século XXI, o surgimento do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) também viabilizou que iniciativas bilaterais de cooperação se desenvolvessem.

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar as relações entre Brasil, Angola e África do Sul entre os anos de 2003 e 2014 no que tange à cooperação nos âmbitos de defesa e segurança. Entre seus objetivos específicos, buscou verificar como foram desenvolvidas as relações de cooperação, realizando uma revisão de como se deu sua idealização e aprofundamento, além de explorar a importância geoestratégica do Atlântico Sul, buscando entender o papel que a região teve nas manutenções de poder dos envolvidos na questão, sendo eles Brasil, África do Sul e Angola. Por fim, propôs-se a explicar o surgimento de organismos como ZOPACAS e IBAS, apresentando as contribuições que os mesmos tiveram na criação e fortalecimento dos laços entre os governos.

Dessa forma, se pode constatar que, durante os governos de Lula da Silva, período compreendido pela presente pesquisa, foi dada prioridade à autonomia na política externa brasileira, buscando esclarecer e afirmar os interesses nacionais da mesma maneira com que se valorizaria e se atuaria em conjunto com outros países do sul global. A partir da década de 1990, o crescimento econômico que alguns dos países em desenvolvimento passaram a apresentar contribuiu no fortalecimento da cooperação, na medida em que eles puderam

também começar a oferecer cooperação ao invés de apenas se utilizarem dela, o que transformou a Cooperação Sul-Sul em um instrumento de maior desenvolvimento estatal. A cooperação técnica empreendida pelo Brasil, nessa época, também passou a buscar uma aproximação com países africanos, principalmente os de língua oficial portuguesa.

Ao se analisar o panorama geral da prática de cooperação internacional pelo Brasil, foi trazida de volta à discussão a presença constante brasileira em fóruns internacionais de organismos multilaterais. Além disso, fatores característicos da cooperação brasileira foram explicitados, tais como a busca pelo maior grau de horizontalidade possível, o entendimento de que ela deveria alterar métodos antigos de cooperação a fim de incluir, nos mesmos, inovações ligadas às negociações e, por fim, sua natureza não lucrativa.

Dentro do âmbito dos fóruns internacionais que aumentaram os horizontes brasileiros dentro da CTPD, foi apresentada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Criada em 1986, por meio de iniciativa brasileira, é formada por países banhados pelo Oceano Atlântico e representa o desejo de que o Atlântico Sul não se tornasse uma zona militarizada, ao mesmo tempo em que fez renascerem perspectivas de cooperação e paz. Identificou-se que, no século XXI, o Brasil se voltou com maior interesse e presença para o Atlântico Sul, utilizando-se da cooperação técnica como apoio para transmitir uma nova imagem perante o sistema internacional. Aliado à ZOPACAS, outro fórum de debate sobre segurança e defesa de grande importância foi o IBAS, criado em 2003 na mesma tendência apresentada pelo contexto da ZOPACAS, de reorganização do cenário internacional do pós-Guerra Fria, porém contando com características próprias da época em que foi surgido, quando o sistema internacional passava por um novo alargamento na agenda de segurança.

Para tornar a análise mais apurada, foram apresentados estudos de caso, nos quais os principais projetos de cooperação técnica entre Brasil-África do Sul e Brasil-Angola foram citados e descritos. Dessa maneira, buscou-se corroborar a hipótese de que as relações foram importantes ferramentas de manutenção regional de poder desses países.

No caso sul-africano, o país passou por diversas mudanças após o fim do Apartheid. Assim, buscou uma nova inserção no sistema internacional, a fim de recuperar as relações que havia perdido durante o tempo em que ficou congelado, não mantendo grandes diálogos com outros atores do sistema. A partir de 1990, a África do Sul começou a redefinir sua política externa para os vizinhos e, dessa maneira, conseguiu voltar a buscar parcerias de cooperação

tanto com possíveis parceiros regionais, quanto com potências ocidentais. No que tange às relações entre Brasil e África do Sul, foi identificado que ambos passaram a prezar pelas relações regionais, buscando parcerias dentro do escopo da Cooperação Sul-Sul. Tais fatos são apontados como características que, por sua semelhança, favoreceram a união dos países à época.

No que diz respeito às políticas de defesa da África do Sul, constatou-se que, no escopo do Departamento de Defesa Sul-africano e da Força de Defesa Nacional Sul-africana (SANDF), foram realizadas atualizações e mudanças, a fim de torná-los mais coerentes com a atuação que o país passaria a ter, através do rompimento com quaisquer vínculos que ainda existissem com o Apartheid e as políticas dessa época. Conjuntamente, tem-se a criação do Livro Branco da Defesa Nacional da República da África do Sul, entre 1994 e 1996, documento importante na difusão internacional dos novos princípios da política de defesa do país.

No caso angolano, identificou-se que sua entrada no sistema internacional, logo após sua independência, em 1975, simbolizou a definição do interesse nacional baseada em fatores históricos, econômicos e geopolíticos. Com o final da Guerra Fria, as novas perspectivas apontavam que o país deveria abrir seus mercados, buscando uma adaptação aos novos fluxos comerciais e financeiros da globalização. Da mesma forma, foi perceptível que a importância da criação de uma política regional angolana também se acentuou. Assim, ficou clara que a atuação de Angola passou a se dar em duas frentes: através de relações bilaterais, como as mantidas com o Brasil, por exemplo; e por agrupamentos regionais, tanto dentro do continente africano quando entre continentes, como com a América do Sul.

Concluiu-se, também, que a participação de Angola foi fundamental na manutenção da ZOPACAS, ao mesmo tempo em que a Zona imprimiu o marco mais claro de esforços feitos para que a paz fosse alcançada no país. Na área de defesa e segurança, eram amplos os esforços entre Brasil e países africanos para que parcerias fossem firmadas, acordos fossem assinados e uma cooperação proveitosa para ambos ocorresse. No caso da Angola, a colaboração também ocorreu efetivamente através de participação brasileira em missões de paz das Nações Unidas.

Dessa maneira, foi possível identificar que, entre 2003 e 2014, o continente africano viveu uma nova fase nas interações com o Brasil, a exemplo de África do Sul e Angola.

Ambos os países tiveram, em sua pauta de cooperação, projetos e iniciativas desenvolvidos em comum com o governo brasileiro. Tendo isso em vista, o problema de pesquisa focou-se em analisar como a cooperação entre Brasil e África configurou-se como uma ferramenta de projeção de poder regional africano para a África do Sul e Angola, entre os anos de 2003 e 2014.

Como resultado das análises das relações entre os atores, é possível identificar que a cooperação técnica contribuiu para o fortalecimento regional dos mesmos. De modo geral, o desenvolvimento de políticas externas de defesa nos países, ainda na década de 1990, contribuíram na criação de um palco para o que viria a ocorrer no início do século XXI. A criação de bases para a cooperação, aliada à participação dos países em fóruns de discussão do tema, possibilitou a ascensão sul-africana e angola como atores importantes na manutenção de iniciativas na região do Atlântico Sul.

No caso da África do Sul, durante os anos 1990, o estabelecimento de bases para uma política de segurança através do Livro Branco de Defesa e do Departamento de Defesa Nacional possibilitaram que o país mostrasse aos vizinhos e demais atores do sistema internacional que uma nova atitude estava sendo desenhada. Essa mudança pregava o fim de conflitos e a busca por estimular uma atuação em organismos multilaterais de cooperação. No que tange à cooperação de defesa, pode concluir que a mesma serviu para o país apresentar suas capacidades militares, participando de exercícios com os exércitos de outros países e realizando parcerias que visavam a constante capacitação e melhoria de um corpo militar já formado e organizado.

No caso da Angola, o fim de sua guerra civil fez com que o país precisasse se reinserir no contexto regional e internacional; para isto, passou a atuar fortemente em iniciativas regionais e bilaterais. A exemplo disso foi apresentada sua participação fundamental na revitalização da ZOPACAS, importante ação angolana que preconizou sua nova política. No entanto, por ser um país cuja independência ocorreu recentemente, diversas áreas precisavam de mais atenção do governo e de organismos internacionais, fazendo com que a cooperação técnica tivesse caráter mais voltado à educação e capacitação, ao mesmo tempo em que a presença brasileira no país também se deu através de missões de paz das Nações Unidas, cujo principal objetivo era o reestabelecimento da ordem e da paz internas.

Por outro lado, o continente africano também se mostrou um importante espaço de projeção brasileiro. Dessa forma, em ações coordenadas entre os países, foi possível identificar que os projetos de cooperação tiveram forte impacto no poder regional, pela capacidade de demonstrarem as aptidões que cada país tinha e, através da cooperação técnica, puderam aumentar ainda mais seus recursos.

À vista disso, conclui-se que a hipótese levantada se confirma parcialmente, uma vez que os países africanos analisados, embora tenham histórias com pontos semelhantes, apresentaram necessidades diferentes, fazendo com que as parcerias técnicas se dessem em campos distintos e com finalidades próprias para cada um. A presença brasileira nas ações de cooperação para defesa ocorreu com enfoque militar e de treinamentos, principalmente navais, na África do Sul, enquanto Angola buscou parcerias que visassem o desenvolvimento de intercâmbios acadêmicos.

Ao longo do trabalho, apontou-se a delimitação da política externa e política de defesa dos países, bem como se apresentou a participação de África do Sul e Angola em organismos como ZOPACAS e IBAS. É necessário ter em vista as condições de cada país e suas necessidades internas, visto que as políticas internas de um Estado sempre podem influenciar suas ações no sistema internacional. Atualmente, diversos projetos de cooperação internacional entre Brasil e África se encontram parados. O Brasil, que outrora foi considerado um dos países mais interessantes para se estabelecer parcerias técnicas, neste momento vive uma fase de afastamento em relação ao continente africano, priorizando outras relações que não as do escopo da Cooperação Sul-Sul.

## REFERÊNCIAS

- ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico**. Ministério das Relações Exteriores. s/d. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35831639001>>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- ÁFRICA DO SUL, Embaixada e Consulado Geral no Brasil. **Informações do País**. 2019. Disponível em: <<https://www.africadosul.org.br/geografia>>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Pocket Guide to South Africa 2016/17**. 2017. Disponível em: <<https://www.gcis.gov.za/content/resource-centre/sa-info/pocketguide/2016-17>>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- AGUILAR, Sérgio L. C. **Atlântico Sul**: as relações do Brasil com os países africanos no campo de segurança e defesa. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 2(4): 49-71. 2013. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/41288/26967](http://www.seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/41288/26967)>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Segurança e Defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual. 2010. São Paulo: Porto de Ideias.
- ALMEIDA FILHO, João Genésio de. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectivas**. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. Disponível em: <[http://funag.gov.br/biblioteca/download/560\\_forum\\_dialogo\\_IBAS.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/560_forum_dialogo_IBAS.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 Set. 2019.
- ANGOLA, República de. **Site Oficial do Governo**. 2015. Disponível em: <<https://www.governo.gov.ao/opais.aspx>>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- BEMBE, Miguel Domingos. A Política Externa Angolana: Doutrina e prática. **Revista Angolana de Ciências Sociais**. Mulemba [Online], v. 6, n. 11, p. 25-55. 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/mulemba/1281#tocto1n4>>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- BERNDT, Priscila P.; NUNES, Tiago E. A Índia e a Nova Ordem Mundial: do desenvolvimento interno à influência externa. **Nerint**, Porto Alegre, 2008. Série Relações Diplomáticas, Econômicas e de Segurança na Ásia Meridional. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo5.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- BRENER, Jayme. Trinta anos de não-alinhados. **Lua Nova**, São Paulo, v.3, n.3, p. 78-81, Mar. 1987. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451987000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000100016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

BRITO, Lana Bauab; GONÇALVES, Fernanda C. N. Izidro. **A Cooperação Sul-Sul na Agenda Diplomática Brasileira**: Explorando suas dimensões técnica e científica e tecnológica. 2018. Disponível em:

<[http://www.abri.org.br/anais/3\\_Encontro\\_Nacional\\_ABRI/Politica\\_Externa/PE%2018\\_Lana%20Bauab%20e%20Fernanda%20Gon+%20BAalves%20A%20COOPERA+%20E7+%20E2O%20SUL-SUL%20NA%20AGENDA%20DIPLOM+%20FCTICA%20BRASILEIRA%20EXPLO.pdf](http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Politica_Externa/PE%2018_Lana%20Bauab%20e%20Fernanda%20Gon+%20BAalves%20A%20COOPERA+%20E7+%20E2O%20SUL-SUL%20NA%20AGENDA%20DIPLOM+%20FCTICA%20BRASILEIRA%20EXPLO.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

CARVALHO, Josiane Rocha; NUNES, Raul Cavedon. A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais. **Revista Perspectiva**, 2013.

Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/download/64965/37454>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

CASA CIVIL, Decreto 4824. **Acordo sobre cooperação técnica**. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4824.htm)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

CASTELLANO, Igor. **Política Externa na África Austral**: guerra, construção do Estado e ordem regional. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/rbea/article/download/80823/49321>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: South Africa. 2018.

Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sf.html>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. rev. ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 595p.

CERVO, Amado Luiz. Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional** 37 (1). Brasília, 1994.

Disponível em:

<[https://www.academia.edu/4778231/Socializando\\_o\\_desenvolvimento\\_uma\\_hist%C3%B3ria\\_da\\_coopera%C3%A7%C3%A3o\\_t%C3%A9cnica\\_internacional\\_do\\_Brasil](https://www.academia.edu/4778231/Socializando_o_desenvolvimento_uma_hist%C3%B3ria_da_coopera%C3%A7%C3%A3o_t%C3%A9cnica_internacional_do_Brasil)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, Dec. 2003. Disponível

em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

COELHO, André Luiz; SANTOS, Vinícius. O Primeiro Ano da Política Externa de Temer e a Desconstrução das últimas décadas. **Escuta Revista de Política e Cultura**. 2017. Disponível

em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2017/04/10/o-primeiro-ano-da-politica-externa-de-temer-e-a-desconstrucao-das-ultimas-decadas/>>. Acesso em: 30 Ago. 2019.

COSER, Lewis. **Dicionário de Ciências Sociais**. Cooperação (verbetes). 1987. Rio de Janeiro: FGV.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um Rio Chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. 5. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 206 p.



COSTA, Wanderley Messias da. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia.** *Revista Confins* [Online]. 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/9839>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. **Revista USP.** n.95, p. 9-22, set./nov., 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/52234/56270/>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

DOPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do Apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 - 1998. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 133-161, jun. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO, Missões de Paz. **UNAVEM I, II e III.** Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/unavem>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

FERREIRA, Sylvio de Souza; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. Cooperação técnica em segurança e defesa: presença do Brasil na África. **Revista Brasileira de Estudos Africanos.** v. 1, n. 2, jul./dez., p. 96-111. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/69204/40016>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **Relatório do FMI nº 18/157.** 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/Publications/CR/Issues/2018/06/11/Angola-Selected-Issues-45958>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

FONSECA, Carmen. A política externa brasileira da democracia: O paradoxo da mudança na continuidade? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 29, p. 33-43, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n29/n29a03.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FREITAS, Jeane Silva de; DE ARAÚJO, Wemblley Lucena. A política externa brasileira para a África: o envolvimento do Brasil nas operações de paz como instrumento de inserção internacional no continente africano. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 105-124, fev. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3744>>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

FREZZA, Conrado da Silveira. **A cooperação internacional a partir do conceito hobbesiano de estado de natureza.** In: SPODE, Raphael; XAVIER, Gabriel Geller. (Org.). *Abordagem Clássica das Relações Internacionais.* São Paulo: Conceito, 2012.

GAZZOLA, Ana Elisa Thomazella. Política externa brasileira e integração regional: a ampliação institucional do Mercosul rumo à UNASUL. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.** 2016. Disponível em: <[https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/GAZZOLA\\_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/GAZZOLA_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco; CIRIBELLI, Sandro de Nazareth. **Relações do Brasil com África do Sul e Angola:** esforços para a manutenção da segurança no Atlântico Sul. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais.* v.5, n.9, Jan./Jun. 2016. Disponível

em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/63851/39018>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 1651.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Angola explicada: ascensão e queda do Processo de Paz de Lusaka**. v. 2, 1999. Disponível em:

<<https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angopor/index.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

JOSÉ, Joveta. **A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil**. 2011. 291 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais. **33º Encontro Anual da ANPOCS**. 2009. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1977-jovetajose-politica/file>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

KHALIL, Suhayla; ALVES, Vágner Camilo. Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 683-708. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292014000200683&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000200683&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 Ago. 2019.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. Coleção Relações Internacionais. 2 ed. Brasília : FUNAG, 2018.

Disponível em: <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/relacoes-internacionais-politica-externa-diplomacia-brasileira-volume-2.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2019.

LE ROUX, Len. The post-apartheid South African military: transforming with the nation. In: RUPIYA, Martin. **Evolutions and revolutions: a contemporary history of militaries in Southern Africa** Institute for Security Studies. [S.l.]: Institute for Security Studies, 2005.

Disponível em: <<https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/EVOLUTCHAP9.PDF>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, out. 2008. Disponível em:

<<https://nuso.org/articulo/o-brasil-na-africa-ou-a-africa-no-brasil-a-construcao-da-politica-africana-pelo-itamaraty/>>. Acesso em: 25 Ago. 2019.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LESSA, Antônio Carlos Moraes; PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e África: as origens da política africana no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 57-81, janeiro-julho, 2007.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2561/1520>>. Acesso em 20 Ago. 2019.

LIMA, Ludmila Moreira. **Cooperação, o que vem a ser?** 1987. Brasília: UNIEURO. Disponível em: <[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia\\_02\\_02.pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_02_02.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.48, n.1, p.24-59. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000100002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Econ. soc.**, Campinas, v.17, n.1, p. 53-84, abr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182008000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

MANZUR, Tânia Maria P. G. **A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio**. Lua Nova. 2014, n.93, pp.169-199. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/07.pdf>>. Acesso em: 24 de Ago. 2019.

MENDONÇA JUNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 58, n. 1, p. 5-22, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292015000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 Set. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Operação Ibsamar VI reunirá militares das Marinhas da África do Sul, do Brasil e da Índia**. 2018. Brasília. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/43240-%E2%80%9Copera%C3%A7%C3%A3o-ibsamam-vi%E2%80%9D-reunir%C3%A1-militares-das-marinhas-da-%C3%A1frica-do-sul,-do-brasil-e-da-%C3%ADndia>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. **END – Estratégia Nacional de Defesa**. 2012. Brasília. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Estado e Defesa**. 2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul**. Ministério das Relações Exteriores. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/ZOPACAS/default.aspx>>. Acesso em 16 abr. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Nota 259**. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3529-visita-ao-brasil-da-ministra-de-relacoes-internacionais-e-cooperacao-da-republica-da-africa-do-sul-maite-nkoana-mashabane-brasilia-30-de-julho-de-2013>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. **República de Angola**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4817-republica-de-angola>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil nº 75**. Jul./dez., 1994. Brasília. Disponível em: <[http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB\\_75\\_jul\\_dec\\_1994.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_75_jul_dec_1994.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobrás na exploração e produção offshore**. Brasília: IPEA. Petrobras, 2013.

MOURA JUNIOR, José Cláudio Klein de. **A Cooperação técnica e a diversificação da ação internacional do Brasil nos anos 2000**. 2011. 54 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2423/1/2011\\_JoseClaudioKleindeMouraJr.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2423/1/2011_JoseClaudioKleindeMouraJr.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

MUNHOZ, Enara Echart. A Cooperação Sul-Sul do Brasil com a África. **Cad. CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 9-12, Abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792016000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 abr. 2019.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **África do Sul**. 2017. Disponível em: <<https://oec.world/pt/profile/country/zaf/>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LUVIZOTTO, Caroline Klaus. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 05-21, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n2/v54n2a01.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

OTAVIO, Anselmo. Por uma nova inserção regional: o legado de Mandela na política externa da África do Sul. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 4, n. 3, p. 645-669, set/dez. 2015. Disponível em: <[https://www.academia.edu/20203522/Volume\\_4\\_-\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_3](https://www.academia.edu/20203522/Volume_4_-_Edi%C3%A7%C3%A3o_3)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 51, n. 2, p.136-153, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf> . Acesso em: 16 abr. 2019.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788523212292>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

PENNA FILHO, Pio. Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos - o caso africano. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 31-50, junho, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. Reflexões Sobre o Brasil e Desafios do Atlântico Sul no Início do Século XXI. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; PEOTTA DE MELO, Laerte. (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831\\_amazonia\\_e\\_atlantico\\_sul\\_web.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831_amazonia_e_atlantico_sul_web.pdf). Acesso em: 20 Out. 2019.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz, MEDEIROS, Klei. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: Da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v.4, n.7, p. 119-139, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/59186/35252#page=119>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 35-64. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/709-africa\\_do\\_Sul\\_-\\_Historia\\_Estado\\_e\\_Sociedade.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. The South Atlantic, Southern Africa and South America: Cooperation And Development. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**. v.2, n.4, jul./dec., p.31-45. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/41304/26966>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira (1889-2002)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Pr\\_X\\_yj4e2gC&oi=fnd&pg=PA7&dq=pol%C3%ADtica+externa&ots=0aagywJhHw&sig=Or0wC7OWK9t4ORNCxjKLnymw-A#v=onepage&q=pol%C3%ADtica%20externa&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Pr_X_yj4e2gC&oi=fnd&pg=PA7&dq=pol%C3%ADtica+externa&ots=0aagywJhHw&sig=Or0wC7OWK9t4ORNCxjKLnymw-A#v=onepage&q=pol%C3%ADtica%20externa&f=false)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PINO, Bruno Ayllón. Transformações globais, potências emergentes e Cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 233-249, ago. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792012000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

PNUD, 2013. **Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2013**. 2013. Disponível em <http://hdr.undp.org/es/content/informe-sobre-desarrollo-humano-2013>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995- 2005**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/715-Cooperacao\\_Tecnica\\_Horizontal\\_Brasileira\\_como\\_Instrumento\\_da\\_Politica\\_Externa\\_A.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/715-Cooperacao_Tecnica_Horizontal_Brasileira_como_Instrumento_da_Politica_Externa_A.pdf). Acesso em: 20 Out. 2019.

RAMPINELLI, Waldir José. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o Colonialismo português. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 15, n.

20, p. 275-289, abr. 2009. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p275/9523>>. Acesso em: 22 Ago. 2019.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP**. 1ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2014.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; GÓES, Fernanda Lira. 2010. Aspectos do financiamento das Operações de Paz da ONU: Implicações para a Política Externa Brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**. IPEA. n. 2, p. 61–68, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4110/1/BEPI\\_n2\\_aspectos.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4110/1/BEPI_n2_aspectos.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

ROSSO, Diulia Dorneles et al.. Geoestratégia no Atlântico Sul: relações bilaterais Brasil-África do Sul na área de defesa. **Revista Fronteira**. Belo Horizonte, v. 14, n. 27 e 28, p. 7-31, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/issue/view/868>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

SALOMON, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/03.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 23-47, Mar. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702015000100023&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015000100023&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

SARAIVA, José F. S. **África parceira do Brasil Atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 168 p., 2012.

SCHLICKMANN, Mariana. Divisão África: As Diretrizes da Política Externa Brasileira para o Continente Africano durante a Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985). **Rev. Cadernos de Campo**, n. 23, p. 203-216, julho-dezembro. Araraquara, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10540>>. Acesso em: 25 Ago. 2019.

SCHMIDT, Nathalia Thays. **A África na Política Externa Brasileira Do Século XXI: Uma Abordagem da Cooperação na Área da Saúde**. 2012. Florianópolis. Disponível em: <[https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1744/109356\\_Nathalia.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1744/109356_Nathalia.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier. **Integração na África Austral: a comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da integração**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106413>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

SEGIB. Secretaria Geral Ibero-Americana. **II Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América**. Madrid: Segib. 2008. Disponível em: <[https://www.segib.org/wp-content/uploads/sur\\_sur\\_web\\_PT1.pdf](https://www.segib.org/wp-content/uploads/sur_sur_web_PT1.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

SILVA, Isabella Cruzichi de Oliveira. **Brasil e os Grandes PALOP: uma análise comparativa da política externa dos governos Geisel, Figueiredo e Sarney (1974-1990)**. 2018. TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

SOUZA, Joel Arruda de. **Cooperação técnica internacional e suas relações de trabalho no Brasil: o caso PNUD**. Dissertação (Dissertação em Direito) – UCB. Brasília, 2007.

Disponível em:

<<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/383/1/Texto%20Completo.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TANCREDI, Letícia; LUBASZEWSKI, Natasha. A relevância dos países emergentes: o Fórum de Diálogo IBAS. **Revista Perspectiva**. v. 7, n. 13. 2014. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/64962/37447>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

TONI, Ana. **A trajetória da cooperação internacional no Brasil**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2010. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-trajetoria-da-cooperacao-internacional-no-brasil/>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

UNRIC, Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **“Ascensão do Sul” está a transformar a balança do poder global**. 2013. Disponível em:

<<https://www.unric.org/pt/actualidade/31062-ascensao-do-sul-esta-a-transformar-a-balanca-do-poder-global-diz-o-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2013>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VIANA, Jorge. **Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 173, de 2017**. 2017. Disponível em:

<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7239456&disposition=inline>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

VIGEVANI, Túlio; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar**

**brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. **A África na Política Internacional – O Sistema Interafricano e sua inserção mundial**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 65-98. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/709-africa\\_do\\_Sul\\_-\\_Historia\\_Estado\\_e\\_Sociedade.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf)>. Acesso em: 20 Out. 2019.

WHITE PAPER ON NATIONAL DEFENCE FOR THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Defence in a democracy**. Dod.mil, 1996. Disponível em: <<http://www.dod.mil.za/documents/WhitePaperonDef/whitepaper%20on%20defence1996.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

WORLDVIEW. **Mapa dos países-membros da ZOPACAS**. 2017. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/brazil-and-africa-bridge-south-atlantic>>. Acesso em: 20 Out. 2019.